

Schuma Schumahr

ANO
Reivindicações e conquistas nos últimos 30 ANOS.

De: "Sueli Carneiro" <scarnei@uol.com.br>
 Para: <schuma@redeh.org.br>
 Enviada em: quinta-feira, 7 de abril de 2005 10:42
 Anexar: header.htm
 Assunto: História do Negro no Brasil - Vol. 1 Fundação Cultural Palmares/CNPQ. Brasília, 2004

A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista

Introdução

Na realidade, tem ocorrido um “duplo silêncio”. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (“a história é masculina”) soma-se o silêncio sobre as classes exploradas (“a história é a história das classes dominantes”). Sobre o segundo silêncio, muito já foi dito. Quanto ao primeiro, ele aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravismo brasileiro. Mas é interessante notar que essa mitologia não se limita a produzir uma imagem deformada da relação senhor-escravo. Isto porque, na sua lógica, a mulher escrava ocupa um lugar central: “ponte entre duas raças”, “embaixadora da senzala na casa-grande, e vice-versa, e outras coisas do gênero. Em outras palavras: as relações senhor-escrava, senhora-escrava, filhos brancos-escrava jogam um papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira (Giacomini, 1988: 19).

A citação em epígrafe de Sonia Giacomini antecipa as dificuldades com que sempre nos deparamos para trabalhar o tema da mulher negra, seja pela escassez de fontes, seja pela imagem estereotipada presente nas poucas abordagens da temática da mulher negra na sociedade brasileira, o que vem se constituindo em um grave problema para os estudos relativos à temática.

Com efeito, o silêncio a que se refere Giacomini tem sido responsável pela invisibilidade das mulheres negras e essa invisibilidade obscurece uma história de luta e resistência. No passado, contra a escravidão e dominação senhorial e, no pós-abolição até os dias de hoje, por afirmação de uma identidade específica historicamente construída que se distingue da história das mulheres do grupo socialmente hegemônico.

Conseqüentemente, essa suposta tradição mantém as mulheres negras prisioneiras dos estereótipos construídos no período colonial pelo gênero dominante: historiadores, romancistas, poetas, retrataram, no mais das vezes, as mulheres negras como trabalhadoras braçais ou mulheres lascivas e promíscuas. Imagens reproduzidas *ad nauseum* no imaginário social.

Neste trabalho, resgataremos alguns argumentos e passagens já construídos em outras oportunidades. São referências apresentadas em estudos, artigos, pesquisas, já desenvolvidas por nós e por outras feministas negras brasileiras, que vêm construindo a história do movimento de mulheres negras na perspectiva feminista e anti-racista. Sendo

*Carneiro, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira - o papel do movimento feminista 7/4/2005
 Luta Anti-Racista. In: Kabelele, Yvonne. (Org.). História do Negro no Brasil. Brasília: Publicação
 da Fundação Palmares. Minc. com o apoio do CNPq, 2004, V.1, p.1-421*

essa uma história de mulheres invisíveis, cabe-nos resgatar-lhes os nomes, sobrenomes e ações alertando para o fato de que a precariedade dos registros sobre a trajetória das mulheres negras do passado e do presente tornam esse trabalho um levantamento parcial, com lacunas que certamente serão preenchidas por outras estudiosas.

É um exercício que se instala nas fronteiras da nomeação mapeando, em linhas gerais, personalidades femininas que teceram o fio de nossa história. Com os nomes, via de regra esquecidos, delineamos os contornos da feição do movimento de mulheres negras contemporâneo: suas lutas, nuances e tendências, perspectivas, caminhos e horizontes.

Lembrar/Esquecer. Esse par terminológico nos remete à lembrança e à memória – qualidades que ainda nos custam caro e que esse trabalho, de uma forma ou de outra, acaba por trazer à baila. Insistimos: ao nomear, estamos relembando, rememorando. Mas, não só isso. Seguindo à risca o preceito que diz “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1995: 55), procuramos, numa perspectiva dialógica, reatualizar e ressignificar as experiências de nossas pioneiras com as práticas e inserções contemporâneas. Passado/presente, sonho/utopia, lembrança/memória, são pares que atravessam este ensaio e que são denunciados pela citação de mulheres de tamanha magnitude.

Sabemos da importância de nomear – nomear é ordenar, é por no estatuto da linguagem, *o i-mundo* (no sentido forte do termo, tudo o que está fora do mundo, longe do alcance de sua classificação). As narrativas originárias de criação desse mundo põem em cena três silêncios, igualmente, originários: a noite, as trevas e o abismo. O ato de nomear, através da enunciação *fiat lux*, passa a significar um real criado – “luz” que só advém ao ser classificado. Talvez seja por isso que “cada vez que acrescentamos uma palavra, fazemos surgir do nada uma coisa. Tal é nosso destino de seres humanos” (Didier-Weill, 1997: 47).

E parece que o “destino prescrito” para o conjunto das mulheres negras foi o de invisibilidade, de resistência absoluta ao sítio dos significantes e significados. Carregamos uma lamentável história de empréstimos, de concessões de nomes, já que os nomes ancestrais da cadeia simbólica que nos posiciona identitariamente foram obliterados do nosso currículo. A africana que aqui chegava era destituída de nomes e vínculos de parentesco.

Este procedimento cristalizou uma tradição que parece se ajustar, perfeitamente, ao nosso *modus vivendi*; uma tradição que, conforme lembra DaMatta, “nos diz o que deve ser lembrado (e quase sempre, quando e com que intensidade) e o que deve ser esquecido (*apud* Rosane Borges, 2000: 59).

Na constelação de nomes, as estrelas aqui citadas não se ofuscam, ao contrário,

uma ilumina a outra na órbita em que fizeram sua história, a nossa história: na religião, na política, na literatura, nas artes...

Arriscada, portanto, a operação que empreendemos, pois nomear é, também omitir. Com todo o risco, assumimos a iniciativa como fundamental para um *continuum*, para uma cultura da escrita sobre nós mesmas. Reiteramos que a nomeação de várias delas e o silêncio de tantas outras, antes de ser considerada apenas uma injustiça é, também, um flagrante insofismável da nossa fecunda atuação e produção, é um testemunho incontestado do quanto fomos acantonadas para os espaços mais marginais e sombrios, é um diagnóstico (com toda sorte de imprecisões e falhas) de que tal invisibilidade reclama por ações emergenciais que restitua a essas estrelas o brilho que lhes são inerentes, reposicionando-as na esfera de primeira grandeza.

Com elas, tivemos a segurança de seguir em frente. Herdamos a luta que se desdobra, inicialmente, nos marcos nefastos da escravidão e nunca mais paramos. A trajetória aqui palmilhada dá conta, com limitações, dos nossos primeiros passos onde a **opressão** foi o motor que impulsionou a nossa posição na sociedade. Opressão que vai diferenciar, substancialmente, a luta das mulheres negras e das mulheres brancas. Trazer à tona essa discussão exigiu-nos um **diálogo específico com o movimento feminista brasileiro**. Pontuamos os ruídos desse diálogo na subvalorização das especificidades das mulheres negras que, além da pecha do sexismo, eram vítimas do racismo.

Tal dobradura exigiu amadurecimento da nossa luta. E respondemos à altura. Procuramos, e conseguimos, andar com as nossas próprias pernas sem, contudo, nos desvencilhar das questões subscritas pelo movimento feminista. **Enegrecemos o feminismo** e ampliamos a discussão de gênero. Tivemos fôlego para **criar/fundar instituições/organizações** que pudessem sustentar a nossa luta. Mais do que isso, **nos alojamos em áreas estratégicas de trabalho e poder** e nunca mais saímos (e nem iremos): saúde, educação, meios de comunicação, Academia etc. – áreas que tiveram, nesses últimos anos, a importante participação de mulheres negras que propuseram novos enfoques e olhares para a questão de gênero e racial.

Não nos desgarramos do movimento negro, de onde muitas de nós viemos e de onde as **questões relacionadas ao racismo constitui o eixo pelo qual se faz necessária a intercessão**.

Mais recentemente, **internacionalizamos as nossas lutas**. Protagonizamos processos decisivos de organização e realização de Conferências e Encontros internacionais. A história continua e queremos mais: **almejamos maiores participação nos poderes constituídos**. Vislumbramos a presença das Benedita's, Jurema's, Gilvânia's, Ester's no Congresso Nacional, nas Câmaras e Assembléias, nos governos e municípios. Convocamos todas as estrelas do presente a engendrarem e pautarem **novas utopias e agendas para as nossas lutas** que vêm se desdobrando exponencialmente.

Pari passu, almejamos que essas utopias, sonhos e ações possam convergir para a visibilidades/nomeação deste rico capítulo de conquistas históricas. Que esse trabalho possa cumprir a singela, porém importante tarefa a que lhe foi confiado.

Ele representa, também, um tributo à duas mulheres negras pioneiras de nossa reflexão feminista contemporânea: as saudosas Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Oxalá que permaneçamos juntas na tecelagem dos fios da rede num pacto de cumplicidade com as mulheres negras do passado e do presente!

Aproveito o ensejo, para registrar meus sinceros e profundos agradecimentos a três mulheres que monitoraram os deslizes da escrita, que vigiaram o impulso e o descuido no artefazimento desta pequena obra. Se é verdade que “o texto organiza e encerra um modo de inteligibilidade, muita das vezes é necessário voltar atrás, é necessário limpar os vestígios que se inscrevem, sub-repticiamente, na palavra dita/escrita impedindo que o texto cumpra sua função. Carinhosamente, nomeio **Rosane Borges, Solimar Carneiro e Suelaine Carneiro.**

Opressão e gêneros

A despeito dos pontos em comum entre os anseios das mulheres brancas e mulheres negras, “as lutas desse segmento adquiriram diferentes perfis em nossa história dadas as diferenças de inserções sociais determinadas pelas origens raciais e étnicas das mulheres brasileiras. O desejo de liberdade desponta como o objetivo comum que engendrou encaminhamentos particulares: para as mulheres brancas a luta contra o jugo patriarcal, para as negras a luta contra o jugo colonial, a escravidão e o racismo que lhe correspondeu.”^[1]

Nesse sentido, o cruzamento entre *patriarcalismo*, *escravidão* e *racismo* irá determinar as trajetórias diferenciadas que mulheres negras e brancas trilharão no Brasil. E o primeiro demarcador dessa diferença será a relação das mulheres com o trabalho – livre para umas, escravo para outras.

Na análise dos relatos de viajantes sobre as mulheres brancas na sociedade brasileira daquele século, Giacomini conclui que : “a maior parte (...) das referências feitas à senhora e as suas tarefas na casa reportam-se a ela somente como administradora do lar e dos escravos que se destinavam ao serviço doméstico.”^[2]

Mesmo considerando-se as prováveis condições de vida adversas das mulheres brancas das classes subalternizadas, elas são, em primeiro lugar, livres numa ordem social em que há mulheres escravas. No caso de mulheres de famílias menos abastadas os relatos enfatizam os estigmas relacionados ao trabalho, em especial ao trabalho braçal, de tal forma que um viajante assim relata a sua relação com as mulheres do grupo racial dominante:

“...uma brasileira se envergonharia de ser apanhada em qualquer ocupação, porque professam todas o maior desdém para quem quer que trabalhe. O orgulho dos americanos do sul é extremo. Todos querem mandar, ninguém quer servir. Não se admite no Brasil outras profissões além de médico, advogado ou negociante de grosso trato.”^[3]

Essa percepção da relação das mulheres do grupo social dominante acerca do trabalho expressa uma visão mais geral da sociedade da época para a qual o trabalho, sobretudo o trabalho manual, era atribuição exclusiva do escravo. O relato a seguir de outro viajante estrangeiro demonstra a identidade para aquela sociedade entre trabalho e escravo:

“Nesse país, os pretos representam o papel principal; acho que no fundo, são mais senhores do que escravos dos brasileiros (...) Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha e quando é pobre, prefere viver como parasita, em casa dos parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta (...) Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogo, o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos.”^[4] (1881. Ina von Binzer (p.34)

Sendo o trabalho sinônimo de escravo ou escravidão, será ele uma das marcas distintivas da situação de mulheres negras e brancas. Como preconizava a ideologia patriarcal da época, as mulheres brancas estavam restritas as atividades relativas à esfera doméstica, enquanto a mão de obra feminina negra não terá restrições no trabalho em função de sua condição biológica. Ao contrário das mulheres brancas, os relatos do século XIX dão conta que:

“a mulher negra está presente em praticamente todos os tipos de trabalhos descritos pelos viajantes: na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora, desde o período colonial. Ela foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora.”^[5]

Essa descrição põe em evidência a complexidade da questão de gênero em sociedades estratificadas racialmente como a brasileira, em que masculinidades e feminilidades subalternizadas são construídas pela articulação entre *gênero* e *raça*. Por vezes, nota-se pelas ocupações destinadas aos escravos homens e mulheres, uma mistura de papéis na divisão social do trabalho secularmente instituída pelo patriarcalismo. É como se combinasse a depender da situação, um processo de feminização do homem negro e de masculinização da mulher negra. Como afirma Giacominni:

“ao reduzir o escravo à condição de ‘coisa’ e negar-lhe toda e qualquer subjetividade, a escravidão constrói-se sobre a base da indiferenciação dos indivíduos a ela submetidos. A disposição fisiológica que capacita a mulher a desempenhar o papel central na procriação, por sua vez, vistas as características de um regime que não reproduzia sua população escrava, não parece ter-se transformado, como em outras sociedades, em base material de funções sociais particulares. Em outras palavras, tudo indicaria a inexistência de uma “condição da mulher escrava”, particularizada seja frente à “condição do escravo em geral”, em um nível, seja frente à condição da mulher em geral, em outro nível.”

Essa indiferenciação dos papéis sociais dos gêneros visava a maximização da exploração da mão de obra escrava em que mulheres e homens em muitas circunstâncias foram submetidos ao mesmo tipo de trabalho, o que destituiu as mulheres negras do mito da fragilidade feminina típica da cultura patriarcal. Ao mesmo tempo, em outras circunstâncias, destituiu os homens negros, muitas vezes, das atividades consideradas essencialmente masculinas.

Por isso, vamos encontrar tanto o homem negro como a mulher negra, embora em graus diferenciados (dada a predominância da mão de obra masculina em grande parte do período colonial), no árduo trabalho da lavoura e também nas lidas domésticas, sobretudo a partir de 1860^[6]. Alguns anúncios, direcionados aos homens, atestam a versatilidade de gênero nas atividades de trabalho: “preto bom cozinheiro de forno e fogão e das doces oferecido a 35\$000 mensais.”^[7] Em outros relatos de viajantes, vê-se a descrição de homens negros transformados em espécie de eunucos encarregados da proteção de prostitutas brancas como nos relata um viajante estrangeiro:

“As meretrizes não são aqui privilegiadas como nas grandes cidades da Alemanha, França ou Inglaterra, porém as há em grande número: brancas, pretas e de todas as categorias (...) De noite, entre oito e dez da noite, invadem elas as ruas vestidas de tafetá preto ou lã e envoltas em mantos. As de primeira classe saem também de dia acompanhadas de duas escravas e dois escravos, fazendo-se passar por suas artimanhas por damas de qualidade, e sabem pescar o estrangeiro em suas redes. Em geral, as de primeira classe moram com uma velha matrona, que faz o papel de alcoviteira e se põe à janela, para esperar a patroa. Logo que esta chega, precipita-se Fernando,

um dos acompanhantes escravos a lhe abrir a porta e deixa-la entrar...”^[8]

No que diz respeito às mulheres negras, em contrapartida, passagens com a descrita a seguir mostram a absorção da força de trabalho destas em espaços não instituídos para o sexo feminino

“No tempo da colheita do café, que começa em maio, e quando as chuvas ameaçam, os dias são bem longos e penosos. É o inverno, sem dúvida, porém um inverno de estufa, com o sol a flamejar nas dez horas de faina, mudando a terra em fornalha. Todo o mundo se arrisca então ao trabalho dos morros, onde a mão das mulheres é mais rápida que a dos homens. Cada negra pode colher sete a oito alqueires (treze litros) de café por dia. Ora, quando o grão amadurece, é mister se acautelar das tempestades, o que obriga o feitor a abreviar a sesta das crioulas.”^[9]

Essa visão da mulher negra como “pau pra toda obra”, distancia-a da visão idílica de mulher consagrada na tradição cultural patriarcal que tem no mito da fragilidade feminina o seu suporte, situando-a numa zona imprecisa entre o masculino e o feminino que engendra uma forma específica de identidade feminina. Desvela, também, uma forma específica de violência contra essa mulher na qual a raça ou a cor da pele determina a negação ou relativização da condição feminina, privando as mulheres negras dos “zelos e cuidados” tributados ao feminino pela ideologia patriarcal, conforme já destacamos - malgrado a opressão que essa tutela masculina contém. Esse *parti pris* contribui, ainda, para consagrar as mulheres do grupo racial hegemônico como o padrão privilegiado de mulher em detrimento das mulheres do grupo racial dominado.

A pesquisadora Marilene Rosa Nogueira da Sílvia descreve as “deformações profissionais das mãos, dos pés, do andar, do corpo inteiro...”^[10] produzidas pela escravidão, em especial, nas mulheres. O rebaixamento da condição feminina à de “burro de carga” resultava no embrutecimento do corpo das mulheres negras, como nos mostra a autora, neste anúncio oferecendo uma escrava: “Maria nação Bengella, 40 anos, baixa, cabeça chata de tanto carregar peso, já tremia; e quando andava era cambando.”^[11]

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica.

A visão negativa do trabalho e conseqüentemente do trabalhador construída no período colonial e a influência que ela teve sobre a construção do valor social do trabalho pode ser claramente percebida no comentário de Emília Viotti da Costa apud Silva:

“(...) Talvez a mais importante de todas as influências e a menos estudada seja a que derivou não propriamente da tradição africana, mas das condições sociais criadas com o sistema escravista. A existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas marcando a mentalidade nacional. Um dos efeitos mais típicos dessa situação foi a *desmoralização do trabalho*. (...) A sociedade não se organiza em termos de cooperação, mas de espoliação.”^[12]

Outra dimensão da complexidade das relações de opressão que a escravidão e o conseqüente aviltamento da noção de trabalho propiciaram foi a forma pela qual a condição feminina da escrava é reconhecida, apenas, pelas possibilidades adicionais que ela oferece de exploração através da comercialização sexual da escrava da qual participaram senhores e senhoras. Eis um exemplo:

“Na cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX muitos senhores que colocavam suas escravas no ganho, utilizaram-se da prostituição como forma de obter lucros consideráveis. Charles Expilly, negociante francês que viveu vários anos na Corte relata a história de uma senhora extremamente devota que arruinada e, restando-lhe apenas duas escravas, explorava-as na prostituição obtendo uma renda diária de quatro mil réis. Para que as escravas pudessem circular livremente à noite pelas ruas da cidade, carregavam consigo permissão redigida pela própria senhora, alegando que iam chamar um médico, buscar um remédio ou levar um recado.”^[13]

No que toca às relações estabelecidas pelos senhores brancos com a exploração da prostituição de suas escravas, o exemplo a seguir é emblemático:

“Apesar da autoridades policiais insistirem em que a ganância e a imoralidade dos senhores brancos eram os únicos responsáveis pela corrupção das negras, os médicos não partilhavam das mesmas idéias. João Álvares de Macedo Júnior, por exemplo, invertia os dados do problema culpabilizando a própria vítima. Para ele a existência da escravidão e de grande número de escravas na cidade é que eram os responsáveis pela prostituição. “Quem ignora que a castidade não é um sentimento que cultive o coração do africano ou crioulo embrutecido no cativeiro? O que há a esperar deste número avultado de escravas, que muitas vezes por mero luxo entulham nossas casas?” Considerava que os negros eram “estúpidos e brancos por natureza” e que dotados de um “temperamento erótico e libidinoso”, sobretudo os do sexo feminino, facilmente se entregavam nas ruas a baixo preço e, mesmo as que cuidavam dos afazeres caseiros transformavam-se em fonte de corrupção doméstica por gerarem em seus senhores o “orgulho, a vaidade, a indolência e a voluptuosidade.”^[14]

Como se tornou tradição em nossa cultura, especialmente nos casos de violência sexual contra a mulher, a vítima é transformada em ré e as violências de que padece são o resultado do comportamento de quem as sofre. No caso das mulheres negras, a devassidão é atribuída á promiscuidade produzida pelo sistema escravocrata e a própria cultura inferior e primitiva.

Em outra passagem, a Silva nos descreve mais um exemplo da exploração sexual de escravas por suas senhoras:

“A questão da prostituição das negras escravas também não escapou à observação dos médicos da época. Em tese intitulada “Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influência sobre a Saúde Pública”, João Álvares de Azevedo Macedo Júnior observava que um sem número de escravas ao invés de serem aplicadas no serviço doméstico eram atiradas ao “vil comércio”, e como exemplo, contava a história de Júlia, parda de 17 ou 18 anos que ele conhecera na enfermaria de clínica do hospital de mulheres sofrendo de “ataques histéricos”. Ao obter alta, a escrava saiu do hospital trajando um modesto vestido de chita, indo para a casa de seu senhor. Qual, entretanto, não foi a sua surpresa ao passar por uma praça, algum tempo depois, e vê-la na sacada de um sobrado trajando um “deslumbrante vestido de seda com os cabelos empoados e coberta de flores”. Indagando, soube o médico que seu antigo senhor vendera-a a uma senhora que a vestia daquela maneira “expondo-a à concorrência pública.”^[15]

Na conclusão desse artigo a historiadora ressalta

“Vale observar que dos sete processos que tivemos oportunidade de examinar, cinco deles tratavam-se de mulheres que exploravam suas escravas na prostituição. Charles Expilly e Macedo Junior falavam também de senhoras que estavam por trás das atividades ilícitas exercidas pelas negras. O próprio chefe de polícia Francisco de Faria Lemos ao dizer em seu relatório que “a escrava posta á janela, não é uma mulher, é uma máquina que se move ao aceno da senhora, que a faz rir para os transeuntes com medo e ameaças das lágrimas de dor do azorraque, deixava transparecer a prevalência do elemento feminino nesse tipo de exploração. Tudo leva a crer que tal coisa tenha efetivamente ocorrido. Nesse caso, qual seria a explicação para o fato? As mulheres, pela pouca habilidade em lidar com negócios – o mundo dos negócios era eminentemente

masculino – estariam mais afeitas a encaminhar suas escravas ao ganho através da arte de seduzir, tão familiar a elas próprias? Ou ainda, por não disporem de muitos recursos – eram em geral proprietárias de apenas duas ou três negras – para empreender alguma atividade mais complexa, preferiam investir em algo cuja rentabilidade era certa e rápida? Gilberto Freyre ao analisar a situação dos cativos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX observou que “ninguém sofreu mais no Brasil que o escravo do Senhor pobre ou principiando a fazer fortuna”, obrigado a uma jornada de trabalho estafante nos misteres mais variados. À guisa de conclusão, talvez pudéssemos localizar essa assertiva e colocá-la no feminino. As maiores sofredoras do Rio de Janeiro não teriam sido as escravas de senhoras pobres ou principiando a fazer fortuna?^[16]

Das contradições entre mulheres brancas e negras no contexto patriarcal escravista resultou uma herança negativa de desconfianças e ressentimentos que irão marcar as dificuldades de construção de solidariedade e cumplicidade entre negras e brancas no contexto do movimento feminista.

“A ideologia corrente que associa a negra ao prazer sexual do branco, identificando em seu corpo o agente do estupro institucionalizado, fez recair também sobre a escrava como se não bastasse a objetificação sexual, incontáveis sentimentos de inveja das senhoras. As mutilações, extirpações, deformações e outras atrocidades praticadas por senhoras no corpo das negras, das quais abundam exemplos na literatura da época, privilegiaram, não por acaso, as regiões corporais comumente identificadas a seu poder de sedução: nádegas, dentes, orelhas, faces etc.. Goulart refere-se ao ‘caso daquela mulher que, tendo o esposo elogiado os olhos de uma escrava, mandou arrancá-los a ponta de uma faca para, ao jantar oferece-los ao marido, em uma bandeja de prata, dizendo com o mais cândido sorriso nos lábios: ‘como elogiaste-os, mandei arranca-los para presentear-te’...>[Goulart, 1971, p.52]. Freyre faz referência a mulheres que <espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandava-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas> [198, p. 337]...^[17]”

A experiência dolorosa da escravidão e a exclusão social, esta, marca fundante do pós-escravidão, possibilitará diferentes modalidades de rebeldia e resistência nas mulheres negras. Delas é que iremos falar a seguir: suas lutas, espaços de atuação, contribuições, passagens cruciais. A nomeação a que nos referíamos nas linhas introdutórias se materializa nas páginas seguintes, pulverizada em momentos importantes de nossa história/memória, do nosso presente/assado, utopias/sonhos.

Da Resistência

“Recusamos esta branquitude ora desresponsabilizada, ora culpada, fundada na falsa idéia de ausência de cor e de raça, que goza privilégios como se direitos fossem. Que se orgulha de ter e ser o que nos foi expropriado. Que repousa em um lugar confortável de onde, então, pode ser generosa ... Nosso orgulho é ter sobrevivido, a despeito do que nos foi – e tem sido – imposto. Nosso orgulho é possuir o que não nos foi dado nunca. É continuar.” (Jurema Werneck)^[18]

A intercessão entre *gênero* e *raça* no interior do sistema escravista produziu relações sociais e intercursos sexuais notadamente diferenciados, inicialmente, para a ideologia patriarcal e, posteriormente, para a família nuclear burguesa. Essa combinação impactou, decisivamente, na construção das masculinidades e feminilidades dos grupos racialmente subalternizados.

Tendo em vista os exemplos aqui descritos relativos aos usos e abusos perpetrados sobre o corpo das escravas, mensura-se a radical diferença na construção da identidade feminina negra quando comparada à branca.

As mulheres negras acham-se expostas, sobretudo na esfera pública, a toda sorte de exploração e degradação, sem a proteção do homem negro impotente em sua condição de escravo, e à absoluta mercê do senhor branco, ao passo que as mulheres brancas vivem, nesse período, confinadas no espaço doméstico, submetidas à tutela do poder patriarcal. Em face dessa posição diferenciada, que tipo ou tipos de mulheres essa realidade produz? Que estratégias de sobrevivência e resistência ela engendra? Qual o valor do *masculino* nessas circunstâncias? Estudos mais aprofundados sobre esse tema apontarão as especificidades de femininos construídos a partir dessas condicionantes.

A ausência da tutela do poder patriarcal sobre as escravas e negras livres, o tratamento de objeto de trabalho, ou de uso sexual, produz um tipo de mulher que, a despeito de sua condição feminina tem, a todo custo, que aprender a contar consigo mesma para cuidar de si e de sua família. Um abandono social que produziu, de um lado, formas de degradação humana ilustradas por ocorrências policiais colhidas por Giacomini para quem,

“nas folhas policiais, os motivos mais freqüentes invocados para a detenção de negras são: <embriaguez e desordem>, <insultos>, <furtos>, <estar na rua a deshoras sem bilhete> e <proferir palavras obscenas.>^[19]

Da análise de material relativo a ocorrências policiais envolvendo as negras escravas Giacomini adverte :

“Se tivemos, neste capítulo, a preocupação de inserir alguns anúncios de fuga e relatórios policiais que situam a escrava além do espaço doméstico, o fizemos com a intenção de mostrar que se a escrava, fugindo do espaço da casa, consegue romper os grilhões que a sujeitam ao trabalho forçado, à exploração sexual do senhor e à rivalidade da senhora, encontra ainda ao ganhar o espaço das ruas, a polícia a lhe lembrar sua condição de negra e escrava.”^[20]

Excluindo-se os negros que conseguiam aquartelar-se nos quilombos, a degradação

humana era o destino “natural” que estava desenhado para os escravos e ex-escravos fora da “tutela” de seus senhores, fundamentalmente, para as mulheres.

Por isso, o que surpreende não são as diferentes situações de anomia social em que vamos encontrar as mulheres negras nesse contexto, mas sim o fato de, apesar dele, extraordinários testemunhos de dignidade humana e resistência serão dados por inúmeras mulheres submetidas a essas condições, pois conforme nos informa Lúcia Xavier

“Nossas mães cuidavam sozinhas dos seus filhos. Quando não conseguiam dar conta de nossa criação, procuravam os internatos. Como a maioria daquelas meninas, vivi parte da minha infância e adolescência num colégio interno e na casa de parentes. Nossas mães achavam que a atitude de nos internar era somente uma medida provisória na busca de solução para os dilemas que a vida apresentava: a falta de moradia, de alimentos e de quem pudesse tomar conta da ^[21]crianças enquanto elas trabalhavam”

O abandono social a que foram submetidas as mulheres negras gestou, além de humilhação social, um tipo de “independência” e de “autonomia” que serão as bases do “matriarcado da miséria” como sinteticamente temos nomeado a experiência histórica das mulheres negras na sociedade brasileira. Uma forma de matriarcado determinado pela rejeição e exclusão social que extrairá principalmente da preservação dos valores culturais das tradições africanas, aqui recriadas, as fontes de resistência e celebração da vida não obstante a dura condição imposta pelo processo excludente.

Essas mulheres desconhecidas têm sido lentamente resgatadas pelas mulheres negras contemporâneas e outras estudiosas feministas. Dessas pioneiras das quais poucos registros foram feitos ^[22] consideramos importante a visibilidade de seus nomes, a descrição e narração de fragmentos de sua história a frações substanciais da sociedade, visto que a veiculação de suas obras e feitos tem ficado circunscrita a setores e grupos específicos e restritos.

Através delas, celebramos o incomensurável número de mulheres negras que foram condenadas ao anonimato por uma história que ainda precisa avançar, se redimir, sob pena de permanecermos com a “voz autorizada e legítima” da visão branca e masculina.

O nosso passeio histórico será iniciado por **Luiza Mahin** que, sem sombra de dúvidas, foi uma das nossas mais importantes rebeldes, que se insurgiram contra a escravidão. Na mesma órbita, lembramos também da Rainha Nzinga no século XVI e da quilombola Aqualtune, no século XVII – uma das principais lideranças do quilombo dos Palmares e Chica da Silva no século XVIII. Peçamos licença a todas elas.

Segundo alguns autores, Luiza Mahin nasceu na África. Pertencia a etnia jeje, sendo transportada para o Brasil, como escrava. Outros se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascido livre por volta de 1835. Em 1830 deu a luz a um filho, Luiz Gama, que mais tarde se tornaria poeta e abolicionista. O pai de Luiz Gama era português e vendeu o próprio filho, por dívida, aos 10 anos de

idade, a um traficante de escravos, que levou o menino para Santos. Luiza Mahin foi uma mulher inteligente e rebelde... Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX. Participou da Grande Insurreição, a Revolta dos Males, última grande revolta de escravos ocorrida na capital baiana em 1835. Luiza conseguiu escapar da violenta repressão desencadeada pelo Governo da Província e partiu para o Rio de Janeiro, onde também parece ter participado de outras rebeliões negras, sendo por isso presa e, possivelmente, deportada para a África. Luiz Gama escreveu sobre sua mãe: "Sou filho natural de uma negra africana, livre, da nação nagô", de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa". Luiza Mahin teve outro filho, lembrado em versos por Luiz Gama, cuja história é ignorada. Em 9 de março de 1985, o nome de Luisa Mahin foi dado a uma praça pública no bairro da Cruz das Almas, em São Paulo, área de grande concentração populacional negra, por iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras/SP. Fonte: Luna. Luiz. O negro na luta contra a escravidão, 2ª Edição. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, MEC, 1976; Folheto Praça Luiza Mahin, Coletivo de Mulheres Negras/SP, 1985.

Oferecendo-nos um exemplo de transformação da religião do opressor em um instrumento de libertação e conforto para os oprimidos, encontramos a extraordinária história de **Rosa Maria Egípcaca da Vera Cruz**, símbolo do martírio e da força de transcendência à brutalidade da escravidão

"Ao ser presa pela Inquisição em Lisboa, acusada de feitiçaria, Rosa afirmou que era natural da Costa da Mina (África), da nação Courana, e que foi para o Rio de Janeiro aos 6 anos de idade (1725), sendo comprada pelo Sr. Azevedo, que a mandou batizar e, aos 14 anos, a deflorou, vendendo-a para as Minas Gerais. Na Vila da Inconfidência foi escrava da mãe de Frei Santa Rita Durão, para quem trabalhava como meretriz até o dia em que "teve o espírito maligno, o qual a molestava muito, até que o Padre Gonçalves Lopes fez com os seus exorcismos que se declarasse o tal Espírito". Quando possuída, Rosa entrava em transe nas igrejas, caindo desmaiada no chão. O Bispo de Mariana mandou uma equipe de teólogos examiná-la para constatar se era demoníaca ou embusteira: como castigo por seu comportamento herético foi açoitada em praça pública, ficando parálitica de um braço. Acreditando na sua sinceridade, o padre exorcista deu-lhe alforria e levou Rosa para o Rio de Janeiro. Em 1754 fundaram o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, reunindo ali uma dezena de mulheres e donzelas pobres, mais da metade negras. Sob a orientação dos franciscanos, Rosa aprendeu a ler e iniciou o livro Sagrada Teologia de Amor de Deus Luz Brilhante das Almas Peregrinas, no qual registra suas visões e experiências místicas. O Recolhimento passou a ser local de romaria onde os devotos iam buscar relíquias da religiosa negra. Por "imposição divina", Rosa passou a ser chamada Rosa Maria Egípcaca da Vera Cruz em homenagem a uma santa oriental que de prostituta se transformara em eremita. Presa pelo bispo do Rio de Janeiro, como suspeita na fé e feitiçaria, foi juntamente com seu confessor enviada para julgamento em Lisboa. Confessou várias vezes todas as visões e êxtases. Deve ter morrido antes da sentença final, pois seu processo não foi concluído."

Pesquisa e texto: Luiz Mott

Tia Ciata está inserida entre as mulheres negras que preservaram e difundiram a

cultura negra. Sendo o seu nome um marco na resistência cultural dos negros à subordinação à cultura hegemônica e dos espaços culturais por ela construídos, emergiram nomes que se tornaram referências da música popular brasileira.

“É difícil não se comover, ainda hoje, com a ala das baianas os desfiles das escolas de samba. Todo ano estão lá emanando energia, emoção e sabedoria. Talvez em memória a Tia Ciata e às tias baianas que fizeram a história da pequena África, reduto baiano do centro do Rio de Janeiro. Ciata, Perpétua, Bebiãna, Amélia e Carmem pelas suas posições de destaque nos terreiros e pela sua participação nas principais atividades do grupo negro foram, certamente, responsáveis pela permanência das tradições africanas e pela sua expansão e revitalização na cidade, e quiçá em todo o Brasil, sendo as escolas de samba apenas um dos exemplos. Ciata, Hilária Batista de Almeida (1854-1924), filha de Oxum, nasceu em Salvador, sendo iniciada no santo na casa de Bamboché, da nação Ketu. Aos 22 anos, trazendo consigo uma filha, mudou-se para o Rio de Janeiro, formando nova família. Continuou os preceitos do santo na casa de João Alabá, tornando-se Mãe-Pequena. Respeitada pelos seus conhecimentos na religião, não deixava de comemorar em sua casa as festas dos orixás, quando, depois da cerimônia, armava pagode. As festas duravam 3 dias: na sala, o baile, os mais velhos tocavam samba de partido alto e Ciata, partideira, "cantava com autoridade". No terreiro havia samba raiado e, as vezes, roda de samba para os mais moços. Doceira de mão cheia – tinha tabuleiro no centro da cidade –, conhecia também a cozinha dos orixás. Punha barraca de comida na festa da Penha, ao redor da qual formavam roda-de-samba. Dela participavam Heitor dos Prazos, Donga, Sinhô e Pixinguinha, alguns deles ainda ilustres desconhecidos. Ciata também alugava roupas de baianas para teatros e carnaval. Sua casa tornou-se, então, a capital da Pequena África. Era um dos pontos principais dos cortejos de carnaval, onde os ranchos passavam e reverenciavam a velha baiana. Sua família saía no rancho Rosa Branca, no Recreio das Flores, no qual sua neta Lili foi porta-estandarte, e no sujo O Macaco é Outro. Ciata morreu em 1924. A única foto localizada até agora desapareceu nas mãos de um jornalista. Resta-nos a descrição da avó, deixada por Eili: “Quando ela ia nas festas usava saia de baiana, batas, xales (...) na cabeça não usava torso. Só botava aquelas saias e aqueles xales de tuquin...”

Fonte: Moura, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983.”

O candomblé é a manifestação religiosa mais perseguida na história das religiões brasileiras. A prática dessa manifestação foi proibida até meados do século XX, considerada como prática maligna e desprezada pela sociedade e outras denominações religiosas. Frente a isso, podemos imaginar as dificuldades e riscos assumidos por aquelas que procuraram preservar as tradições religiosas africanas. Dentre as pessoas/resistências que resistiram bravamente a supremacia cristã católica, não podemos deixar de registrar duas das mais importantes Yalorixás e guerreiras, que além da preservação da religião africana, deram honorabilidade ao candomblé enquanto prática religiosa.

Mãe Aninha

O Candomblé do Engenho Velho, Casa da Mãe Nassô, foi certamente o primeiro candomblé a funcionar regularmente na Bahia. Fundado por volta de 1830, era

dirigido por três africanas da Cosa que tinham muito prestígio. Com a morte das africanas, a direção da casa passou para Marcelina. Após a morte desta houve uma disputa entre duas filhas-de-santo. Maria Júlia da Conceição fundou no Rio Vermelho o Candomblé do Gantois, onde foi feita Pulquéria, tia de Menininha. Dizem que Conceição levou os Axés do Engenho Velho para o Gantois. Maria Júlia Figueiredo permaneceu na Casa da Mãe Nassô, cuja roça foi transferida mais tarde para a Barroquinha. Após a morte da lalorixá (mãe-de-santo), nova disputa. Tia Mossi permaneceu na casa. Eugenia Ana dos Santos mudou-se, formando nova casa, o Ilê Opo Afonja. Eugênia Ana dos Santos (1869-1938), Mãe Aninha, era filha carnal de africanos da nação Gruncis. Filha de Xangô, foi feita na casa de Bamboche da nação Ketu. Convidada pelos seus conhecimentos de candomblé a fazer parte da casa de Mãe Nassô, deixou-a, como já foi dito, por desentendimentos. Mãe Aninha foi a figura mais ilustre dos candomblés da Bahia daquele tempo. Chegou aos 40 anos de feita e foi por mais 20 anos lalorixá. Reintroduziu na Bahia a tradição dos Obás (12 ministros de Xangô). Seu prestígio estendeu-se além dos limites de Salvador, obrigando-a a viajar por outros estados, levando sua sabedoria e autoridade. Era reconhecida também nas irmandades religiosas que congregavam negros. Na Ladeira do Pelourinho possuía uma quitanda de artigos brasileiros e africanos, utilizados nos terreiros de candomblé. Participou do II Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1936, com uma comunicação sobre a culinária litúrgica baiana. Durante o Estado Novo escondeu em sua casa o escritor Edson Carneiro, que estava sendo perseguido pela polícia política. No leito da morte, Aninha designou Senhora (lalorixá Iyá Nassô) para substituí-la. Seu corpo foi sepultado na Quinta dos Lázarus, Irmandade de São Benedito, com todas as praxes da religião católica e do culto africano. Fonte: Santos, Deosdoredes M. dos. Axé Opô Afonjá. RJ. Instituto brasileiro de Estudos AfroAsiáticos, 1962. "

Mãe Menininha do Gantois

"Maria Escolástica da Conceição Nazaré assumiu o posto de lalorixá, em 1922, sob o reino de Oxum, com o nome de Mãe Menininha do Gantois. Tinha então 28 anos de idade. Nascida em 10 de fevereiro de 1894, na cidade de Salvador, Mãe Menininha descendia de nigerianos da cidade de Abeokuta que foram trazidos como escravos para o Brasil. Sua avó, Maria Júlia da Conceição, iniciada na Barroquinha, primeiro candomblé da Bahia, foi a fundadora do Gantois, no início do século. Mãe Menininha foi feita aos 8 anos de idade por sua tia e madrinha, a mãe-de-santo Pulquéria da Conceição Nazaré, que a apelidou de "Menininha". Com a morte repentina de sua mãe carnal, Maria dos Prazeres Nazaré, que era a filha-de-santo escolhida para suceder Pulquéria, deu-se início a novo processo de sucessão, tendo sido Menininha escolhida mãe-de-santo pelos orixás que lhe deram posse: Oxossi (deus da caça e rei de Ketu), Xangô (deus do fogo e rei do Oyó), Oxum (rainha da beleza e do rio Oxum) e Obaluaiê (divindade das doenças contagiosas). Mãe Menininha defendeu sempre a preservação dos locais onde eram realizados os cultos afro-brasileiros, na época da escravidão, como o Engenho Velho ou a Casa Branca, o mais antigo terreiro da Bahia. Sem sair da sua cidade, devido a seus conhecimentos na religião, sua fama se estendeu pelo País, sendo cantada em prosa e verso por seus filhos e filhas-de-santo, alguns deles famosos em todo o Brasil. Em vida, Menininha dizia que nasceu escolhida para ser mãe-de-santo, e ao aceitar esta missão sabia que estava entrando numa vida de sacrifícios. De sua vida pessoal, sabe-se que foi casada e teve duas filhas. Faleceu aos 92 anos, depois de longa enfermidade, tendo chegado a permanecer 64 anos na chefia do Gantois e completar 74 anos de iniciação. "Menininha, ka sun ni ero" (durma em calma).

Além da condição de liderança espiritual e suporte material de suas comunidades marginalizadas, encontramos mulheres negras que fizeram parte do “mundo das letras” – mulheres instruídas que contribuíram como escritoras na luta contra a inferioridade racial atribuída ao negro e que expressaram a desumanização produzidas pelo racismo e a escravidão. Estas mulheres são **Maria Firmina dos Reis** e **Auta de Souza**. Mais uma vez, as expectativas particulares entre mulheres brancas e negras dão tonalidades diferenciadas as suas lutas e inserções. Embora fossem as vítimas diretas das adversidades provocadas pelo sistema escravista, foram das mulheres negras, com o seu pioneirismo nesse campo, que despontaram obras literárias inaugurais, o que justifica a presença dessas mulheres em esferas que não somente o espaço doméstico – marcadamente, lugar de atuação das mulheres brancas na sociedade patriarcal escravista. Essas particularidades corroboram o que vínhamos assinalando anteriormente. Senão vejamos.

Maria Firmina dos Reis

“Apesar de ser considerada por alguns autores como a primeira romancista brasileira – seu livro *Úrsula* é de 1859 – pouco se sabe da vida desta maranhense bastarda e negra. Nascida em São Luís (1825-1917), disputou em 1847 uma vaga para a cadeira de professora de primeiras letras em Guimarães. Orgulhosa com a vitória da filha, a mãe alugou um palanquim – espécie de cadeira carregada por dois ou mais escravos – para que fosse receber o documento da nomeação. Revoltada, Maria Firmina recusou, afirmando que negro não era animal para se andar montado nele! Contrária a escravidão em suas atitudes, também usou os seus escritos para denunciá-la. Acreditava que a escravidão contradizia os princípios do cristianismo, que ensinava o homem a amar o próximo como a si mesmo. Via o escravo como uma pessoa digna, capaz de sentimentos nobres mesmo tendo vivido tantos anos sob o regime degradante do cativo. Seu livro *Úrsula* pode ser considerado o primeiro romance abolicionista escrito por uma brasileira. Colaborou ainda na imprensa local com poesias e contos; escreveu um livro em comemoração ao 13 de maio, além de ser autora de vários folguedos. Aos 55 anos, um ano antes de aposentar-se do magistério público oficial, fundou em Guimarães uma escola mista e gratuita para crianças pobres. Como professora era enérgica, mas falava baixo e não usava castigos corporais. Quem se lembra dela, na casa dos 80, fala da velhinha negra de cabelos grisalhos, amarrados atrás da nuca, vestida de roupas escuras e sandálias. Apesar de pobre e solteira, teve alguns filhos adotivos e inúmeros afilhados. Faleceu cega, aos 92 anos de idade, na casa de uma amiga ex-escrava, e até hoje, em Guimarães, “a uma mulher inteligente e instruída chamam: Maria Firmina!”

Fonte: Morais F.º, Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luiz, s.c.p., 1975.”

Auta de Souza (1876-1901), nascida em Macaíba, Rio Grande do Norte.

“Seu pai era proprietário da firma Paula, Eloy & Cia. e dirigente local do Partido Liberal. Órfã de mãe aos 2 anos de idade e de pai aos 4, foi criada pela avó. Seu primeiro público, ainda menina, compunha-se de mulheres do povo e velhos escravos, para quem lia, entre outras coisas, as façanhas de Carlos Magno.

Em 1887 foi estudar no Colégio São Vicente de Paula, dirigido por religiosas francesas. Aí aprendeu francês, leu os clássicos e os místicos. Devido à saúde frágil – já estava com tuberculose –, retornou a casa da avó, onde completou sua formação na biblioteca do irmão, Henrique Castriciano, poeta, jornalista e deputado federal pelo Rio Grande do Norte na República Velha. Em 1894 fundou o Clube do Biscoito, que promovia reuniões de declamação, jogos e danças na casa de seus associados. Versejando em português e francês, Auta passou a colaborar na melhor imprensa do seu Estado, antes de completar 20 anos. Seu livro *O Horto*, publicado em 1901, prefaciado por Olavo Bilac foi elogiado pela crítica e lido com afeição tanto por intelectuais como pelo povo, que passou a repetir muitos de seus versos sob a forma de cantigas. Considerada por Otto Maria Carpeaux como a mais alta expressão do nosso misticismo, alguns versos da poetisa que morreu aos 25 anos de idade:

“Estrelas fulgem da noite em meio
Lembrando lírios loiros a arder...

E eu tenho a treva dentro do seio...
Astros! velai-vos, que eu vou morrer!”

Fonte: Bittencourt; A. *Dicionário Bibliográfico de Mulheres Ilustres, Notáveis e Intelectuais do Brasil*. RJ. Pongetti, 1972.

No que diz respeito às lutas empreendidas pelas mulheres brasileiras pela conquista do direito ao voto, **Antonieta de Barros** desempenha papel de destaque

“Educadora, jornalista, escritora e primeira mulher eleita à Assembléia Legislativa de seu Estado, Antonieta de Barros nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, Santa Catarina. Normalista formada em 1921, fundou no ano seguinte o Curso Antonieta de Barros, com o objetivo de combater o analfabetismo, “impedimento de gente ser gente”, como dizia. Dirigiu este instituto até o final de sua vida. Essa iniciativa foi um marco em sua carreira profissional e abriu-lhe novos horizontes: foi nomeada para a Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Lauro Muller, efetivada na cadeira de Português na Escola Normal Catarinense e professora de Português e Psicologia no Colégio Dias Velho, de onde, entre 1937 e 1945, foi diretora. Enveredou pela literatura e jornalismo sob o pseudônimo de Maria da Ilha, fundou e dirigiu o jornal *A Semana* (1922/27), foi diretora da revista quinzenal *Vida Ilhoa* (1930), escreveu artigos para os jornais *O Estado*, *República* e o livro *Farrapos de Idéias* (1937). Em 1931 começou a militar na política, sendo eleita deputada à Assembléia Estadual Constituinte, em 1935, pelo Partido Liberal Catarinense. No Congresso coube-lhe relatar o Capítulo de “Educação e Cultura” e “Funcionalismo”. Em 1941, candidatou-se pelo Partido Social Democrático; suplente, foi convocada para a legislatura (1947-51). Faleceu em Florianópolis a 28 de março de 1952.

Fonte: Notícias Culturais n.º 25. Boletim editado pelo Departamento de Cultura; Bittencourt, Adalzira. *Dicionário Bibliográfico de Mulheres Ilustres, Notáveis e Intelectuais do Brasil*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1970, 2.º volume.

Ser liderança comunitária é quase um imperativo na vida das mulheres negras pois envolver-se nos problemas da comunidade significa interferir nas questões sociais e propor soluções correspondendo aos anseios coletivos. A história de **Rita Maria** deixa ver essa propensão política

“De sua vida sabe-se que foi filha de escravos, viveu na ilha de Florianópolis,

capital da então Província de Santa Catarina. Residiu nas proximidades do Forte Santana, região à beira-mar, denominada Praia da Feira, onde ficava o atracadouro das embarcações vindas do continente, para descarga e comercialização de mercadorias. Nesse local, nos primeiros anos do século XX, formou-se uma comunidade, com casas de madeira construídas no estilo ilha-açorita, sendo que em uma delas morava Rita Maria, que tinha por atividade de trabalho cozinhar para os trabalhadores e comerciantes que ali passavam, além de lavar-lhes as roupas e nelas fazer consertos, quando necessário. Benzedeira e curandeira muito procurada pela população, seu prestígio pode ser avaliado pelo fato de batizarem com seu nome o bairro onde morava. A urbanização mudou a cidade. O bairro característico, denominado pelo povo de Rita Maria, deixou de existir, mas a lembrança e estima popular fez com que devido a uma medida governamental fosse mantida viva a sua memória na história da Ilha, denominando a Estação Rodoviária Rita Maria, cuja construção moderna foi edificada em local próximo ao antigo bairro do mesmo nome. Até o momento não foi possível localizar fotos de Rita Maria. Muitos se lembram dela, uma senhora negra, para mais de 80 anos, gorda, bonachona, de estatura mediana, sempre risonha e alegre, que todos os domingos ia à Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto. Faleceu na década de 20. Os mais velhos lembram que sua morte deixou muita tristeza. Foi enterrada no Cemitério do Morro, ali mesmo, perto de sua casa. Fonte: Seixas Netto. A., Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, s.d.”

A passagem de líder comunitária para a de ativista política é muito tênue mas a história de **María Brandão dos Reis** a inscreve nessa categoria.

Rio das Contas é o nome da cidade mineira localizada na Chapada Diamantina, onde nasceu, em 22 de julho de 1900, Maria Brandão dos Reis com um traço sob o último sobrenome, como queria. Mulher dinâmica, militante política das mais ativas, com a viuvez, influenciada pela passagem da Coluna Prestes e o interesse pelo Partido Comunista, transferiu residência para Salvador, onde estabeleceu uma pensão, situada na Baixa do Sapateiro, que foi também o seu reduto de militância. Mulher de visão, oferecia guarida a todos que necessitavam de recursos para a sobrevivência imediata, além de livros e bolsas de estudos aos que queriam estudar, mesmo que professassem ideologia diversa. Em março de 1947, apoiou as reivindicações das moradoras do bairro do Corta Braço, ameaçada de perder suas habitações, organizando vigília noturna e passeata de protesto. Maria Brandão dos Reis teve destacada atuação na "Campanha da Paz", organizada pelo PCB em 1950, tendo contribuído significativamente para a formação de Conselhos da Paz em vários municípios. Obteve o prêmio de "Campeã da Paz", que lhe valeu o direito de ir a Moscou receber a Medalha da Paz. Isso, porém, não se deu porque foi preterida por um jovem intelectual, que ali se embriagou e caiu no Rio Volga. Maria Brandão jamais perdoou o Partido Comunista pelo desrespeito e indiferença, declarando: "Sou preta e ignorante, mas esse papelão eu não faria". Escapou da prisão, na revolução de 1964, refugiando-se em Brasília por "aconselhamento espiritual" de Rosinha (Rosa Luxemburgo). Em 1965, retornou à Bahia, onde foi interrogada pela polícia sobre seu envolvimento com os comunistas. Faleceu, em 1974, em Salvador onde ainda hoje vive sua filha Dasiinha.

Fonte: Montenegro, Ana. Mulheres – participação nas lutas populares. Salvador. ML Gráfica e Editora Ltda. Pesquisa: Maria Palácios.

O mundo das artes não poderia ficar imune à presença de artistas negras. Sendo

uma das áreas culturais mais resistentes à imagem negra, o teatro teve que render-se à figura de **Nair Theodora de Araújo**.

“Atriz, livreira e com destacada atuação na Comunidade Negra, Nair Theodora de Araújo nasceu em 22 de junho de 1931, na cidade mineira de Does do Indaiá, transferindo-se mais tarde com a família para São Paulo. Tendo cursado o Normal, optou pelo estudo de canto lírico em conservatório musical e integrou os corais Corbi e da Igreja Metodista. À arte do canto aliou a de representar: participou da organização do Teatro Experimental do Negro de São Paulo, atuando no musical O Cordão e na peça África, dirigidas por Dalmo Ferreira.

Integrou o elenco de Vereda da Salvação, sob a direção de Antunes Filho. A ascendente carreira teatral conduziu-a ao Teatro de Arena – onde atuou em plena fase áurea de criação e produção daquele teatro, na peça Arena conta Zumbi. Participou também da peça Os ossos do Barão, dirigiu o Departamento Cultural da Associação Cultural do Negro, fundada por José Correia Leite, escreveu para o Clarim da Alvorada, jornal da entidade, sendo convidada para inúmeros debates no rádio e na televisão e para proferir palestras, sobre o negro, em universidades. Tornou-se livreira, fazendo da Livraria Contexto, em São Paulo, ponto de encontro de amigos e intelectuais e onde as publicações sobre o negro podem, até hoje, ser encontradas. Escreveu poemas que permanecem ainda inéditos. Faleceu em 20 de maio de 1984.”

Pesquisa: Martha Helena de Araújo Ferreira

As mãos negras que usadas, via de regra, para satisfazer as necessidades dos senhores e senhoras escravocratas foram exaltadas através da arte de **Maria Auxiliadora da Silva** cujo talento revelou a sensibilidade artística das mulheres negras.

“Mineira de Campo Belo (1935 – 1974), Maria Auxiliadora é da família dos Silva: 18 irmãos, vários artistas. A mãe, inicialmente lavadeira, depois escultora; o pai assentava dormentes em estrada de ferro. Procurando melhorar a vida, mãe e crianças mudaram – se para São Paulo, onde a filha mais velha ajudava a família bordando para fora e trabalhando como doméstica.

Pintando desde menina – tendo as paredes de sua casa como tela, depois tábuas e finalmente, por volta dos 32 anos de idade, dedicando – se exclusivamente à pintura – Maria Auxiliadora desenvolveu uma técnica própria, moldando as figuras em gesso no próprio quadro, escrevendo enredos nas pinturas.

Expôs na Praça da República (SP) e em Embu (SP) no início dos anos 70, passando daí para as galerias, premiações em salões, museu e casa de colecionadores brasileiros e estrangeiros.

A temática de seus quadros coloridos conta um pouco da vida desta pintora autodidata: trabalho na roça; cenas familiares com quartos abarrotados, mesas de domingo, namoro em bailes ou ao redor da tevê; festas de candomblés; escola (chegou a fazer o Mobral); e nos últimos trabalhos, a intimidade com a morte.

Depois de várias operações, Maria Auxiliadora morreu de câncer generalizado, aos 39 anos de idade.”

Fonte: Bardi. P.M. Maria Auxiliadora da Silva. Torino Fiulio Bolaffi editore, s.d. (Acervo Masp)

Laudelina de Campos Melo (1904-91)

Nina, como era chamada, nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas (MG). Filha de Maria Maurícia de Campos Melo e de Marcos Aurélio de Campos Melo, Laudelina, aos 12 anos, perdeu o pai de forma trágica. Por essa razão, teve que abandonar os estudos, ainda na escola primária, e assumir o cuidado dos cinco irmãos menores, enquanto a mãe trabalhava em um hotel. Adolescente, auxiliava a mãe na confecção de doces e compotas caseiras, que eram vendidos na cidade. Aos 20 anos, empregou-se em uma casa de família e se mudou para Santos (SP), onde se casou e teve um filho.

Em Santos passou a integrar um grupo chamado Frente Negra, que abrigava várias entidades com propósitos de ampliação política, conscientização social e aprimoramento cultural da população negra. Em 1936, surgiu a idéia de criar uma associação para empregadas domésticas, como uma extensão do movimento na qual Laudelina foi presidente. Impossibilitada de dar prosseguimento ao trabalho de conscientização e defesa dos interesses de sua categoria, por conta da II Guerra Mundial Laudelina alistou-se e recebeu o treinamento militar destinado à população civil. Com o encerramento do conflito externo e a redemocratização do país, a Associação de Empregadas Domésticas de Santos foi reaberta, tendo Laudelina como presidente.

Após a morte de seu marido em 1948, Laudelina foi convidada, pela família para a qual trabalhava como governanta, a ser gerente do hotel-fazenda que tinha em Mogi das Cruzes (SP). Permaneceu neste trabalho entre 1950 e 1953, sempre em companhia de seu filho.

Com a morte de sua empregadora, foi para Campinas (SP), onde teve enorme dificuldade para encontrar emprego, uma vez que as senhoras campineiras preteriam as trabalhadoras negras, dando preferência para trabalhadoras brancas. Indignada com esta discriminação, Laudelina procurou o diretor do jornal Correio Popular para protestar contra os anúncios preconceituosos que excluía as mulheres negras do mercado de trabalho. Integrou-se então ao movimento negro de Campinas, promovendo atividades sociais e culturais que visavam elevar a auto-estima da juventude negra. Participou da organização de grupos de teatro e dança e da fundação, em 1957, da Cidade dos Menores em Indaiatuba (SP). Neste mesmo ano, o grupo de Laudelina realizou um baile de debutantes para moças negras. A diretoria do Teatro Municipal de Campinas resistiu em alugar o espaço, apesar dos convites já prontos, e foi necessária uma intensa mobilização junto à imprensa para denunciar o preconceito racial da elite campineira. O baile de debutantes de 1957 motivou outras promoções culturais que conjugavam lazer e conscientização política, como o memorável baile da Pérola Negra.

Dando prosseguimento a sua militância política, Laudelina obteve, em 1961, o apoio do Sindicato da Construção Civil de Campinas para fundar nas suas dependências a associação das empregadas domésticas desta cidade. A Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas atuou em diferentes áreas, especialmente na luta contra o preconceito racial, na promoção de atividades culturais e, sobretudo, na intermediação de conflitos entre domésticas e patroas, uma vez que não havia legislação trabalhista para a categoria. Outra importante luta de Laudelina foi a defesa dos direitos de empregadas domésticas menores de idade, que muitas vezes era vítimas de abuso sexual pelos patrões. Cerca de 1.200 trabalhadoras de Campinas compareceram ao ato de inauguração da Associação, em 18 de maio de 1961. O sucesso e o reconhecimento deste movimento estimulou a fundação de outras organizações com os mesmos propósitos em várias outras cidades, como a do Rio de Janeiro, em 1962, e outra em São Paulo, em 1963. Deflagrado o golpe militar de março de 1964, Laudelina foi presa para prestar depoimento. Diante da ameaça de fechamento dos sindicatos, aceitou a proposta de abrigar a Associação que presidia na sede da União Democrática Nacional (UDN), onde passou a realizar as suas atividades.

Ao final de 1968, uma acirrada disputa política pelo comando da Associação levou à dissolução da entidade. Laudelina, que adoeceu durante os conflitos sucessórios, afastou-se do movimento das empregadas domésticas.

Retomou a direção da entidade em 1982, após ter sido procurada por antigas colaboradoras. Em 1988, a Associação foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos e continuou a luta em favor dos direitos da categoria, reivindicando piso salarial, amparo legal, registro em carteira e defesa das filiadas contra abusos de vários tipos. Laudelina atuou em Campinas, até a sua morte em 22 de maio de 1991.

Fonte: Revista Trabalhadores: Classes Perigosas, nº 6.

Eis-nos com uma citação importante. Ela pontua, aqui, um intervalo no rol de citações e sintetiza a dívida histórica da “escrita oficial” com o legado das mulheres negras. Prestamos uma homenagem especial a uma das mais importantes escritoras do Brasil, cuja história e obra extraordinárias refletem o trágico destino de exclusão e a incessante luta de superação desse quadro pela maioria das mulheres negras. Evocamos, aqui, o nome de **Carolina Maria de Jesus**.

“Descendente de escravos, nasceu no ano de 1914 na cidade de Sacramento (MG). Freqüentou a escola apenas até a segunda série, porque teve que trabalhar com a mãe na lavoura. Manteve, porém, o hábito de fazer anotações sobre as experiências que vivia. Referindo-se a sua educação, Carolina afirmava ter recebido a maior influência dos ensinamentos de seu avô materno, a quem chamava de “Sócrates africano”. Na adolescência acompanhou a mãe em sucessivas mudanças por cidades do interior de São Paulo, onde se empregou em casas de família. Em 1947 foi morar na Capital trabalhando ora como empregada doméstica, ora como auxiliar de enfermagem e ainda como artista de circo. Em algumas casas onde trabalhou como na do médico Euclides Zerbini, teve acesso a livros. Em 1948, grávida do primeiro filho, perdeu o emprego e foi obrigada a morar na favela do Canindé, às margens do rio Tietê. Aprendeu a tirar do lixo seu sustento. Assim foi criando, como podia, seu filho João José. Dois anos depois, teve o filho José Carlos e, logo a seguir nasceu-lhe Vera Eunice. As dificuldades de vida se avolumaram com o nascimento dos filhos. No dia 15 de julho de 1955, Carolina começou a fazer um diário em que anotava sistematicamente suas reflexões sobre as experiências cotidianas. Em maio de 1958, um encontro fortuito alterou-lhe completamente a vida. O repórter autônomo Audálio Dantas fora designado pelo jornal Diário de São Paulo para cobrir uma desavença entre moradores nas proximidades da favela onde Carolina morava. O jornalista foi atraído pela informação de que Carolina mantinha um diário onde anotava seus pensamentos. Teve acesso aos textos e os examinou com atenção. À revelia de Carolina, Audálio fez publicar trechos do diário no jornal Folha da Noite. A repercussão foi enorme, suscitando a atenção tanto dos leitores como da mídia. Após uma revisão feita por Audálio, os textos de Carolina foram aceitos pela Livraria Francisco Alves, que os publicou em agosto de 1960. Lançados com o formato de livro e o título de *Quarto de Despejo*, encontraram enorme receptividade por parte do público brasileiro e estrangeiro. *Quarto de despejo* foi traduzido para 13 idiomas em mais de 40 países. Com o sucesso do livro, Carolina pode deixar a favela e comprar uma pequena casa de alvenaria em Santana, um bairro de classe média da capital paulista. Em seu novo endereço sofreu, além do assédio implacável da imprensa, o preconceito dos vizinhos. Por outro lado, experimentou a vida pública chegando a receber as chaves da cidade de São Paulo. Em novembro de 1961 foi editado seu segundo livro, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, que nem de longe alcançou o sucesso do primeiro. Em 1969 Carolina fez editar por conta própria um livro de provérbios, *Quem foi que disse*. No ano de 1976, o livro *Quarto de despejo* recebeu uma nova edição que tirou Carolina do ostracismo e a colocou, novamente, no centro das atenções do público. No dia 13 de fevereiro de 1977 faleceu em São Paulo. Em 1986 foi lançada a edição póstuma de um texto seu *Diário de Bitita*. Além dos já citados, deixou os livros *Maria, Ra-re-ri-ro-rua, A vedete da favela, Pinguço, Marcha, Acende o fogão, O pobre e o rico, Simplício, O malandro, Moamba, As granfinas, A*

Maria veio, Quem assim me vê cantando e Macumba."^[23]

Nenhuma outra escritora brasileira experimentou maior repercussão internacional e foi mais traduzida em outros idiomas do que Carolina de Jesus (pôr fonte, pois vc está lidando com dados). A história da literatura brasileira entretanto, ainda lhe deve justo reconhecimento.

Passamos agora para outros momentos de nossa história que herda dessas gloriosas mulheres, os trejeitos e o desejo incontido de construir novos referenciais de ser mulher e negra. A nomeação será retomada ao longo dos relatos/ comentários e flagram a riqueza das nossas ações coletivas porque capazes de imprimirem novos rumos aos embates diários travados pelas mulheres do ontem e pelas do hoje. Para tanto, faz-se necessário apresentar o cenário sobre o qual essa luta se desdobra e se refaz nas fronteiras do *sexismo* e do *racismo*.

O Movimento Feminista no Brasil

En el movimiento feminista la cuestión étnica/racial ha sido vital desde la óptica de las cuotas de participación, de inclusión del tema en un taller, de concesiones a ciertos reclamos; jamás como un compromiso político frente al carácter racista en que se ha sustentado nuestro quehacer feminista. Se pretende la construcción de la utopía feminista sin la concurrencia real de los diversos sectores de mujeres. (Sergia Galvan)

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo por ser referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou em torno de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder.

O movimento feminista destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina –órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate a discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação as questões de *público* e *privado*. A violência doméstica tida como algo da dimensão do *privado* alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Este deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. Como afirmam Suárez e Bandeira:

“Apesar de suas imperfeições, as DEAMs são instituições governamentais resultantes da constituição de um espaço público, onde se articulou o discurso relativo aos direitos das mulheres de receberem um tratamento equitativo quando se encontram em situações de violências denunciadas. Diferentemente das outras delegacias, as DEAMs, evitam empregar métodos de condutas violentas, promovendo a negociação das partes em conflito. A grande particularidade dessas instituições policiais é admitirem a mediação como um recurso eficaz e legítimo. Nesse sentido, não é demais lembrar que a prática da mediação é crescentemente considerada um recurso valioso na administração dos conflitos interpessoais, na medida em que diminui o risco de os conflitos administrados terem desdobramentos violentos.”^[24]

No campo da sexualidade, “a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre

quando ter ou não ter filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e reprodutivos.”^[25]

A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram a aprovação de projeto de lei de iniciativa da então deputada Marta Suplicy de reserva de 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres.

Embora as desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções permaneçam, é inegável que a crítica feminista sobre as desigualdades no mercado de trabalho teve papel importante na intensa diversificação, em termos ocupacionais, experimentada pelas mulheres nas últimas três décadas.

Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu nascedouro, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país.

São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações.

Porém em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos invisibilizados ou estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.

Um evento foi paradigmático dessa exclusão: o Tribunal Berta Lutz, evento realizado em São Paulo em 1982 que tinha por objetivo denunciar e condenar as injustiças e discriminações sofridas pelas mulheres no trabalho: salários, formação profissional, limitações na carreira, estabilidade nos empregos, desemprego feminino, legislação trabalhista e humilhação no ambiente de trabalho. Dentre as personalidades convidadas para esse evento estava Abdias do Nascimento, único negro a quem foi dado um lugar destacado no Tribunal. Em coerência com sua trajetória marcada pela permanente denúncia e combate às práticas racistas e discriminatórias, Abdias do Nascimento

diante da ausência da temática da mulher negra e da ausência de voz das mulheres negras lá presentes, emprestou-nos o seu prestígio pessoal, invocou suas ancestrais negras e fazendo-se cavalo de todas elas e de todas nós ali presentes, falou por nós, contou nossa história, representou as nossas dores, a nossa opressão. Foi a primeira vez que eu ouvi um homem negro dizer: *Nós mulheres negras!*^[26]

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a re-elaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Enegrecendo o feminismo brasileiro

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intra-gênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, "a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial."^[27] (apud Bairros, 2000: 56).

A *fortiori*, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres, encontra guarida histórica, pois a "variável" racial produziu gênero subalternizados, tanto no que toca uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), quanto masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intra-gênero tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingir os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social uma vez os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da "loirização", na televisão brasileira é um exemplo dessa disparidade.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se de um lado promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.

Lélia Gonzalez faz sínteses preciosas que balizam a discussão: a primeira delas diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a segunda refere-se à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais. De acordo com González, as concepções do feminismo brasileiro: "padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar "toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças á dinâmica de uma memória cultural ancestral" - que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (Lélia Gonzalez *apud* Bairros, 2000: 57). ^[28]

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intra-gênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente, entre negras e brancas

no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intra-grupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

Essas avaliações vêm garantindo o múltiplo engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional buscando assegurar, em ambos, a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras, de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país.

Um breve recenseamento em torno dos estudos e pesquisas concernente ao assunto e realizado por várias feministas negras (Carneiro [1993], Ribeiro [1995], Oliveira [1998], Roland [2000]), nos indica que essas novas feições contornadas na interface movimento de mulheres negras e movimento de mulheres propiciou avanços significativos e marcantes nas páginas de nossa história. O que exige e justifica o registro feito nas linhas que seguem.

Em 1983 surge, em São Paulo, o Coletivo de Mulheres Negras fundado por um grupo de mulheres negras lideradas por Thereza Santos. O Coletivo se organiza em virtude da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF), no qual não havia representação de mulheres negras no rol de conselheiras empossadas. Da denúncia empreendida primeiramente pela então radialista negra Marta Arruda e pela ação enérgica do Coletivo de Mulheres Negras, serão incluídas nesse Conselho, ainda em 1993, as representantes das mulheres negras indicadas pelo Coletivo de Mulheres Negras: Thereza Santos (titular) e Vera Lúcia Saraiva (suplente). Desde então, foi assegurado o lugar de representação das mulheres negras de São Paulo nesse Conselho, inclusive, em suas instâncias diretivas ^[29]. A presença expressiva dessas mulheres culminou na indicação de uma mulher negra, Maria Aparecida De Laia, para presidência, em 1995. A inclusão das conselheiras negras permitiu que, pela primeira vez na história, a questão racial fosse tomada como objeto de política pública pela administração do Estado de São Paulo. As mulheres negras construíram, também, instâncias próprias no interior do CECF como a Comissão para Assuntos da Mulher Negra que permitiram o aprofundamento da temática gênero/ raça.

Ao longo da história do Conselho, as mulheres negras desenvolveram um conjunto de ações que deram, na época, inédita visibilidade às especificidades das mulheres negras. Uma iniciativa marcante e fundamental foi a elaboração do estudo *Mulher Negra* (Carneiro, Santos - CECF/Nobel, 1985) que, tendo por bases a análise dos dados desagregados por raça e gênero do Censo de 1980, revelou, pela primeira vez, as desigualdades raciais existentes entre as mulheres brancas e negras abrindo as portas para as pesquisas que se seguiram sobre o tema. Esse estudo compôs a série de

documentos preparados pelo Conselho para subsidiar a participação das mulheres brasileiras na Conferência da ONU Década da Mulher (1976 a 1985) ocorrido em Nairobi-Quênia em 1985 na qual as mulheres negras foram representadas por Lélia Gonzalez e Benedita da Silva. Em 1986 é produzido pelo CECFo *Dossiê Mulher Negra*. Nesse documento são apresentados múltiplos exemplos de discriminação, sutis ou violentas perpetradas contra mulheres negras no Brasil. Em 1987, como parte dos preparativos ao Centenário da Abolição (1988) é elaborado, o calendário "*Mulheres Negras do Brasil – recuperando nossa história*" organizado por Sueli Carneiro e Sílvia Cintra Franco. O calendário resgata a história das mulheres negras já citadas anteriormente. Destaca-se, ainda, que a ação das conselheiras negras buscou assegurar a dimensão racial em todas as propostas de políticas públicas defendidas pelo Conselho para as mulheres.

O ambiente das comemorações do Centenário da Abolição da Escravidão se constituirá em outro momento importante para o avanço organizativo e para a mobilização das mulheres negras. Em 1988, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher cria o Programa Nacional da Mulher Negra, e Sueli Carneiro é convidada para coordená-lo. Esse Programa apoiou inúmeras ações realizadas pelas mulheres negras nos Estados brasileiros no contexto das atividades do Centenário Abolição. Esse Programa, em parceria com a Comissão para Assuntos da Mulher Negra do CECF/SP realizou o Tribunal Winnie Mandela – evento realizado em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que promoveu o julgamento simbólico da Lei Áurea e apontou os desdobramentos negativos que a escravidão no Brasil exerceu no conjunto das mulheres negras. O Tribunal Winne Mandela teve repercussão nacional e internacional e através da participação, como jurados, de eminentes personalidades de todas as etnias da sociedade brasileira condenou as práticas racistas que historicamente vem mantendo a subalternidade dos negros em geral e das mulheres negras em particular em nosso país. Nele atuaram como promotor Cláudio Mariz de Oliveira..... e como advogado de defesa tendo por juíza a**(VER COM Sônia)**.

A idéia de realizar um tribunal com o nome da ativista Winnie Mandela não foi recebida pacificamente, sobretudo pelo Itamaraty que resistia a associação, sugerida pelo tribunal, do racismo brasileiro ao sul-africano. De acordo a visão oficial, o momento era de celebração, de festividades e não fazia sentido empreender manifestações do teor da que foi sugerida pelo tribunal. Apesar das reações, o tribunal manteve os seus objetivos graças à brava resistência de Jacqueline Pintanguy – presidenta do CNDM.

A década de oitenta assistirá também no plano da sociedade civil a emergência de várias organizações específicas de mulheres negras:

“Em 16 de junho de 1983, Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Geralda Alcântara e muitas outras fundaram o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras que, no Rio de Janeiro, agrupou mulheres do movimento negro, das associações de moradores e do movimento de favelas. (...) Em Santos, Alzira Rufino e Nilza Iraci organiza, em 1986, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada. (...) Surge em São Paulo (1988) o Geledés Instituto da Mulher Negra, cuja proposta é a atualização e adequação de matrizes culturais negro-africanas frente às necessidades contemporâneas da luta

das mulheres negras. Sua estratégia de ação foi estruturada em torno de três programas básicos: Programa de Direitos Humanos/SOS Racismo, Programa de Saúde e o Programa de Comunicação.”^[30]

Surgem, ainda nessa década, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa do Maranhão em 1989; Maria Mulher do Rio Grande do Sul (1987). E, na década de 1990 surgem Criola^[31] (1992), Fleeko (1993) o Coletivo de Mulheres Negras Laudelina de Campos Melo, em Campinas/SP e em decorrência de cisões internas do Geledes Instituto da Mulher Negra surgem o AMMA Psiquê e Negritude (1995)^[32] e Fala Preta! Organização de Mulheres Negras^[33] (1997).

Os encontros feministas são, historicamente, espaços privilegiados de reflexão, intercâmbio e de formulação das estratégias do Movimento Feminista Brasileiro. Apesar da expressiva, embora minoritária participação das mulheres negras, estas consideravam suas temáticas secundarizadas no temário desses Encontros. Neles, em geral, as mulheres negras reuniam-se entre si e relações tensas eram estabelecidas com o conjunto das mulheres em função da ausência de debates coletivos sobre a questão racial. O IX Encontro Feminista ocorrido em 1987, em Garanhuns – PE representa um ponto de inflexão nesse processo, uma vez que as mulheres negras lá presentes decidem pela realização de um encontro nacional próprio. Dessa decisão surge o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado de 02 a 04 de dezembro de 1988 em Valença-RJ. O Encontro contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 Estados do país e foi precedido durante de encontros estaduais. A rede que nos une já estava estabelecida: marcaram presenças, como observadoras, mulheres negras dos Estados Unidos, Equador e Canadá. A partir daí inicia-se uma série de eventos nacionais realizados pelas mulheres negras por meio dos quais irão aflorando as novas questões que a ótica do feminismo negro introduzirá no pensamento e ação do movimento feminista contemporâneo no Brasil, firmando o compromisso das mulheres negras com as proposições gerais do feminismo brasileiro assim sintetizados por Matilde Ribeiro:

“O acúmulo de discussão reflete a complexidade entre o ser mulher e o ser negra. As bandeiras de luta além da necessidade de conquista de melhores condições de vida e cidadania, expressam a garantia da educação anti-racista e anti-sexista, o desenvolvimento de programas de combate à violência sexista e racial, a legalização do aborto e, ainda, a implantação de ações no serviço público de saúde, como a introdução do quesito cor nos formulários de saúde, a atenção à realidade específica da mulher negra no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, e medidas em relação à anemia falciforme, à prevenção e tratamento de doenças de maior incidência na população negra como a hipertensão e a miomatoses.”^[34]

Os temas fundamentais da agenda feminista serão perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. Nesse sentido, elencaremos a seguir os principais vetores que nortearam as propostas do movimento, o que resultou em mudanças efetivas na ótica feminista.

Mercado de Trabalho

É sobejamente conhecido o abismo que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional. O movimento de mulheres negras vem pondo em relevo esse abismo, que assume proporções ainda mais abrangentes quando o tópico de gênero e raça é levado em conta.

Desta feita, se faz mister apontar que os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho, malgrado constituírem-se em grandes avanços, não conseguiram dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Nesse sentido, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advém, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro.

Em relação às mudanças na estrutura ocupacional do país, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva afirmavam, na década de 1980, que

“Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também abandonam os setores de atividade que absorvem a força de trabalho mais qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. As tendências observadas permitem sugerir, de maneira provisória, a possibilidade de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres: enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços de produção e de consumo coletivo”^[35]

Em outros estudos, como o de Márcia Lima sobre *Trajatória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras*, torna-se evidente que “o fato de 48% das mulheres pretas (...) estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.”^[36]

Os diferentes retornos auferidos pelas mulheres de uma luta que se pretendia universalizante tornava insustentável o não-reconhecimento do peso do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão de obra feminina, posto que as desigualdades se mantêm mesmo quando controladas as condições educacionais. Como afirma José Pastore: “(...) Mesmo para pessoas de mesmo nível educacional, a mobilidade social para negros e pardos é mais penosa.” (...) Os brancos estudam 46% mais, porém recebem salário 116% maior.”^[37] Em síntese, o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário.

A questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres negras

seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e interesses do conjunto de mulheres.

No entanto, se é crescente no âmbito do movimento feminista brasileiro a compreensão da imperiosidade do combate às desigualdades raciais de que padecem as mulheres negras no mercado de trabalho, permanece no senso comum e mesmo na percepção de importantes formadores de opinião as visões consagradas pelo mito da democracia racial, tal como demonstrado no artigo da juíza federal Mônica Sifuentes *Direito e justiça* publicado no Jornal "Correio Braziliense" de 18 de fevereiro de 2002. Na oportunidade, a juíza argumenta contra a adoção das políticas de cotas para negros. Peremptoriamente, ela diz:

"(...) para nós mulheres não houve necessidade de se estipular quotas. Bastou a concorrência em igualdade de condições com os homens para que hoje fôssemos maioria em todos os cursos universitários do país.

Em resposta a esse artigo reagimos ao pronome nobre utilizado pela juíza, com o artigo *Nós?*, publicado no mesmo jornal em 22 de fevereiro de 2002, no qual fazíamos os seguintes questionamentos:

"O argumento da juíza não leva em conta o fato dos homens entrarem mais cedo do que as mulheres no mercado de trabalho com prejuízos para a sua permanência no sistema educacional e que apesar disso, os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens têm de obter um emprego no setor formal. Para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja de oito a onze anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituídas no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras tem do seu esforço educacional."^[38]

Violência: os outros aspectos da questão

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Têm-se reiterado que para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, que limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, que inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, que cerceia o acesso ao trabalho, que arrefece as aspirações, rebaixa a auto-estima e produz seqüelas emocionais.

Esses são os efeitos da hegemonia da branquitude no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação as mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais. A historiadora e cineasta negra Beatriz Nascimento, em seu belo artigo *A mulher negra e o amor*, salienta que :

"Convivendo em uma sociedade pluri-racial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento, (desde a mulher mestiça até à branca), seu trânsito afetivo é

extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crença relacionadas às características do seu físico, muitas vezes exuberantes. Entretanto quando trata-se de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social (...) No contexto em que se encontra cabe a essa mulher a desmistificação do conceito de amor, transformando este em dinamizador cultural e social (envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a "igualdade iluminista". Rejeitando a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo assim, assumir uma postura crítica intermediando sua própria história e seus ethos. Levantaria ela a proposta de parcerias nas relações sexuais que, por fim, se distribuiria nas relações sociais mais amplas."^[39]

A médica negra Regina Nogueira em seu artigo "*Mulher Negra e obesidade*" questiona a tirania estética que o padrão branco hegemônico impôs a todas as mulheres não-brancas e advoga um novo direito: "A mulher negra deve exigir que sua imagem represente toda a diversidade de seus valores culturais."^[40]

Saúde

Dentre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta anti-racista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática.

Nessa perspectiva, a luta pela inclusão do quesito cor, sobretudo, nos sistemas de classificação da população tem se constituído um desafio permanente e objeto da ação política de aguerridas ativistas para as quais, como afirma Fátima Oliveira:

"(...) a compreensão da dimensão das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde em sociedade classista. As controvérsias são tantas e tamanhas que o quesito cor - a identificação racial - é um problema/desafio nos meios científicos, entre profissionais, serviços, formuladores e implementadores das políticas de saúde. (...) Os argumentos a favor e contra o preenchimento da cor das pessoas são inúmeros. As acusações de posturas racistas partem de ambos os lados. Quando o item existe nos formulários, a negligência no seu preenchimento é regra. Mesmo quando preenchido por auto-declaração ou por observação do (a) profissional, não se sabe muito bem nem para que serve e nem o que fazer com ele. Em geral os serviços não o consideram um dado epidemiológico essencial."^[41]

A esterilização ocupou lugar privilegiado durante anos na agenda política das mulheres negras que produziram campanhas contra a esterilização de mulheres em função dos altos índices que esse fenômeno adquiriu no Brasil, fundamentalmente, entre mulheres de baixa renda (a maioria das mulheres que soa esterilizadas o fazem porque não encontram no sistema de saúde a oferta e diversidade dos métodos contraceptivos reversíveis que lhes permitiriam não ter que fazer a opção radical de não poder mais ter filhos). Esse tema foi, também, objeto de proposições legislativas, numa parceria entre parlamentares e ativistas feministas que culminaram no projeto de Lei nº 209/91 que regulamentou o uso da esterilização.[•]

Outro tema de relevância na luta das mulheres negras na área da saúde é a

implantação de um programa de atenção à anemia falciforme que consiste “numa anemia hereditária e constitui a doença genética mais comum da população negra. No Brasil é uma questão de saúde pública”^[42], e as ações por políticas públicas para a atenção aos portadores dessa doença de ativistas negras e outros atores da área da saúde, resultaram no PAF – Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde – PAF/MS. Este programa tem por objetivo garantir a implantação global, contemplando as suas diretrizes diagnósticas, assistenciais, educativas, científicas e bioéticas, (...)”^[43]

Apesar da importante conquista que o PAF representa para o enfrentamento da anemia falciforme, somente no estado de Minas Gerais este programa foi adotado integralmente havendo ainda iniciativas esparsas em alguns municípios de outros Estados do país. A doença atinge, segundo as estimativas, em torno de 10% da população brasileira notadamente negros ou seus descendentes

Uma nova área de pesquisa e intervenção política vem sendo desenvolvida, a da bioética, quase que solitariamente pela médica negra e feminista Fátima de Oliveira que combina as questões dessa seção com a perspectiva feminista e anti-racista cujas preocupações fundamentais são:

“as interfaces dos novos saberes das biociências, em particular da genética, sobretudo os oriundos dos megaprojetos da genética humana (Projeto Genoma Humano – PGH e Projeto da Diversidade do Genoma Humano – PDGH) e a utilização distorcidas deles pelas teorias racistas.”^[44]

Oliveira aponta os riscos de desenvolvimento de práticas eugenistas nas pesquisas com seres humanos. E, sobretudo, convoca feministas e anti-racistas para atuarem nos fóruns em que esses temas são tratados, pois considera que:

“Na atualidade bioeticistas e fóruns de bioética, majoritariamente masculinos e brancos, são os setores da sociedade que adquiriram legitimidade, no mundo, perante legisladores e governos. Movimentos sociais com tradição de luta como o feminista, o anti-racista e da juventude ainda estão fora dos debates e das decisões na área de bioética. O que é preocupante, pois a bioética aborda assuntos que dizem respeito à toda a sociedade, tais como : os temas dos direitos reprodutivos (concepção, contracepção, esterilização, aborto. Infertilidade e NTRc – Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas), saúde pública, sexualidade, doentes terminais, eutanásia e manipulação genética.”^[45]

Meios de comunicação

Os meios de comunicação A naturalização do *racismo* e do *sexismo* na mídia reproduz, sistematicamente, estereótipos e cristaliza estigmas, sobremaneira, das mulheres negras, o que prejudica, em larga escala, a afirmação de identidade racial e valor social desse grupo. Segundo Antonia Quintão

“a exclusão simbólica , a não representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência tão dolorosas, cruéis e prejudiciais que poderiam ser tratadas no âmbito dos direitos humanos.”^[46]

Segundo Nilza Iraci,^[47] são ainda grandes os desafios na área dos meios de comunicação e da imagem em prol da construção de um novo imaginário da mulher negra nesse espaço, e por extensão, nas instâncias de decisão política e na sociedade. Existe

uma consciência crescente entre mulheres negras de que os processos relacionados à globalização e à nova ordem mundial requerem novas formas de ação e nesse sentido tratar a Comunicação como um nexos de empoderamento tem sido fundamental não apenas para a visibilização de nossas lutas, mas também para o processo de mobilização.

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas qualificar sua participação nos meios de comunicação de massa, como também a capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação. Foram realizados dois importantes seminários (*Seminário Nacional de Mulheres Negras e Comunicação* (1988) e o *Seminário Nacional Mulher Negra e Advocacy* (1999, cursos de capacitação e criação de estratégias comuns de comunicação ^[48]).

O breve esboço acima descrito permite visualizar a atuação política das mulheres negras nos diversos temas que inspiraram as organizações de mulheres negras na elaboração de experiências-modelo que, além de atender às bases comunitárias da população negra, constituem-se em projetos-pilotos para políticas públicas de larga escala.

Mulher negra: sujeito e "objeto" do conhecimento

Outra área estratégica em que a imbricação da temática *gênero e raça* esteve subsumida é a Academia. Invisibilidade que se deu tanto no âmbito da produção, do ponto de vista de quem escreve (a presença expressiva de mulheres negras nas universidades é uma realidade relativamente recente) como do ponto de vista de quem é descrito (a)/narrado(a) (o negro passa a figurar como objeto de estudos a partir dos estudos sociológicos no início da segunda metade do século passado).

Com efeito, nas suas primeiras incursões sobre as inquietações sociais, o cânone do saber escolar reservou poucos espaços para as questões relativas às mulheres negras, a tal ponto que alguns/mas estudiosos/as consideram que a produção intelectual desse segmento está fixada em três momentos determinados. Borges Pereira, por exemplo, vai dizer que a primeira fase foi caracterizada pela absoluta falta de diálogo entre *academia* e *militância*. É um período em que há um não-dito na Academia, ou segundo Arthur Ramos, é o período da conspiração do silêncio; a segunda, caracteriza-se pelo estabelecimento de um diálogo, cuja iniciativa coube aos estudiosos/as brancos/as. É um momento em que as mulheres negras vão servir de interlocutoras dos/as pesquisadores/as que deram visibilidade à temática; finalmente, a terceira e atual fase compreende a uma atuação efetiva em que acadêmicas e militantes procuram situar-se simetricamente umas em relação as outras. Surge, nessa fase, uma intelectualidade negra ligada à Academia que mantém um forte e estreito diálogo, conduzindo trabalhos sobre a temática racial e de gênero (teses, dissertações e pesquisas). De meras informantes do saber, passamos a gerenciar a própria reflexão acadêmica. Pela escassez de estudos e pesquisas, pululam

nas últimas décadas um sem-número de publicações situadas nas principais temáticas que acompanharam o processo dos movimentos de mulheres negras.

O ativismo feminista negro vem inspirando também a produção acadêmica das mulheres negras em vários campos do conhecimento. Na trilha das preocupações políticas em relação à saúde, avançam os estudos sobre as relações entre esta área e raça/etnia e gênero. Nessa seção, destaca-se os trabalhos de **Vera Cristina de Souza** *Mulher negra e miomas: uma incursão na área da saúde, raça/etnia*, dissertação de mestrado defendida na PUC/SP em 1995, e sua tese de doutorado , **Alaerte**..... são trabalhos fundamentais para subsidiar as propostas de políticas públicas das mulheres negras para a prevenção desse tipo de morbidade.

Em relação à problemática da discriminação da mulher negra no mercado de trabalho, merecem menção: a pesquisa de **Maria Aparecida Silva Bento**, pesquisadora negra que estuda na de dissertação de mestrado –*Resgatando a minha bisavó – discriminação racial e resistência nas vozes dos trabalhadores negros* – os mecanismos da discriminação racial nesse espaço ; o estudo de **Luiza Bairos** *Mulher negra: reforço da subordinação* e o estudo de **Márcia Lima**.

Na área de educação **Nilma Lino Gomes** nos brinda com o belo trabalho *A mulher negra que vi de perto* que trata do processo de construção da identidade racial de professoras negras. **Eliane Cavalleiro**(SOLIMAR, TÍTULO)

No que toca à religião, contamos com os trabalhos de **Taynar de Cássia Pereira** *Igreja do Rosário dos Pretos do Pelourinho: um clamor com axé! – identidade negra e inculturação afro-brasileira*, de **Claudia Gouveia** que realiza pesquisa etnográfica sobre as *Caixeiros do Divino Espírito Santo do Maranhão*, **Lourdes Siqueira** e **Antonia Quintão** que trata das Irmandades religiosas de São Paulo. Nas fronteiras da comunicação contamos com **Rosângela Malachias** que articula discussões fundamentais sobre a juventude negra, **Eliane Borges** que trabalha com as estratégias de comunicação para as mulheres negras.

Nas intrincadas relações com a Academia, lembramos, ainda, que são várias as mulheres que, malgrado não tenham desenvolvido trabalhos específicos sobre gênero, produzem trabalhos e demarcam seus espaços como sujeitos do conhecimento. Acrescente-se a isso, o fato de as mulheres negras serem número majoritário nos encontros nacionais de universitários(as)/pesquisadores(as) negros(as).

Até aqui a nossa trajetória perfez um caminho que se ocupou em rastrear a trilha da história autônoma das mulheres negras pondo em cena as nuances de suas lutas e as associações/dissociações com o movimento feminista. O foco de nossa atenção se dirige, agora, para a luta articulada com o movimento negro na confluência com o tópico racial.

Negros e negras – as lutas comuns

Temos defendido que, se por um lado, a ação política das mulheres tem enegrecido a agenda feminista, por outro, ela vem também influenciando a agenda do Movimento

Negro inscrevendo os temas que a interseccionalidade de gênero impõe. Um dos momentos emblemáticos dessa articulação orgânica entre as bandeiras gerais do Movimento Negro e as do Movimento de Mulheres Negras se expressa na campanha nacional que foi assumida pelo conjunto das organizações negras pertencentes à CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, contra a violência e em prol da paternidade responsável. Uma campanha que, ao discutir a problema da violência, incorpora também outros temas recorrentes da problemática da mulher negra como a esterilização e o turismo sexual, da cujo manifesto abaixo é ilustrativo:

MANIFESTO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A PATERNIDADE RESPONSÁVEL

É preciso ser muito homem para encarar essa luta

"... Nós podemos escrever o futuro baseados na auto-ajuda e respeito. Nós podemos escrever o futuro baseados no quanto nós temos a crescer. Nós podemos escrever o futuro cheios de força, paz, prosperidade e amor. "

A violência contra a mulher é construída histórica e culturalmente, através de atitudes que representam instrumentos de poder para manter as desigualdades. Ela é totalmente democrática, atingindo indistintamente mulheres de todas as classes e níveis sociais, mas a idéia de que as mulheres são um grupo homogêneo e, por isso sofrem a violência da mesma forma é equivocada, e precisa ser mudada. As mulheres possuem experiências de vida diferenciadas, em virtude de pertencerem a classes sociais, etnias e faixas etárias diferentes. A natureza da violência que atinge a mulher varia de acordo com a maior ou menor exclusão de garantias sociais expressas em sua condição econômica, étnica, educacional, familiar etc.

Para as mulheres negras, a conjugação de sexismo e racismo tem se constituído no

Desde que foram retiradas da África, passaram por toda sorte de violência: foram estupradas pelos senhores de engenho, tiveram seus corpos usados como incubadoras para a geração de outros escravos, foram impedidas de criar seus filhos, além de serem acusadas de serem a encarnação de um erotismo exacerbado, próximo do animalismo.

Na violência escravocrata as mulheres negras tinham o sofrimento adicional pelo fato de serem mulheres. Não há entretanto história de submissão na vida dessas mulheres, que sempre buscaram força na ancestralidade, sempre preconizaram a religiosidade e buscavam, mesmo nas condições adversas, criar formas de uma estrutura familiar.

Apesar de toda violência ainda podiam contar com o amparo, o carinho, o afeto, e a cumplicidade do homem negro, porque ambos acreditavam na possibilidade de um outro tipo de vida, sem nenhum tipo de discriminação e opressão. Acreditavam na liberdade e lutavam, juntos, por ela. Passados 110 anos da abolição da escravatura, e às portas de um novo milênio, a mulher negra continua vivenciando as mesmas violências, que mudaram apenas de cara; hoje estupradas por patrões e seus filhos, na casa grande moderna; seus corpos continuam a ser utilizados nos laboratórios, para experiências pseudo-científicas, seu corpo continua mutilado por esterilizações involuntárias, não pode cuidar de seus filhos, porque tem que trabalhar arduamente para alimentá-los, e sua sexualidade tem sido traduzida em política de turismo

sexual e tráfico de mulheres e meninas.

E o homem negro?

Apesar de enfrentarem juntos a violência do racismo, o homem negro assimilou o machismo estrutural da sociedade, e a prática da violência contra a mulher, permitindo que a família negra venha perdendo o vínculo com a figura paterna. O homem negro vem se fragilizando por ter perdido o vínculo com sua cultura de clã, sua vivência ancestral, massacrado por uma "modernidade" que o afasta daquilo que representa.

Todos sabemos da política perversa a que vem sendo submetido o homem negro, vítima preferencial do desemprego, da violência policial, empurrados para o mundo das drogas, do alcoolismo, do desespero. Entretanto essas não podem ser justificativas para a prática da violência doméstica e pelo abandono de seus filhos. Essa indignação tem que estar voltada para o combate a essa estrutura que destrói a possibilidade de uma vida harmônica, onde todos tenham direito a viver com dignidade.

A questão da fragmentação da estrutura familiar decorrentes da ausência do pai, marido, companheiro, impõe uma sobrecarga de responsabilidade sobre a mulher negra. Isto significa que onde ocorre a chefia feminina de famílias, as mulheres respondem pelos papéis femininos e masculinos, ao papel de pai e mãe, e essa questão tende a se fortalecer frente às consequências do neoliberalismo que provoca o desemprego em massa e desestrutura as famílias trabalhadoras, empurrando-as para a marginalidade.

A paternidade responsável é fundamental para reverter o quadro traçado anteriormente.

Interessa desenvolver uma política de gênero capaz de fortalecer a idéia da maternidade e da paternidade como questões de caráter social, e não privado, principalmente quando tais papéis no interior da família atinge o nível da violência física ou mental.

Interessa uma política de gênero que combata a violência doméstica em suas manifestações micro e macro, isto é, tanto na sua faceta construída pelos relacionamentos afetivos quanto por aquelas acirradas pelo empobrecimento.

Vamos lutar, juntos, por uma perspectiva que estimule o companheirismo na manutenção e socialização dos recursos alimentares e educacionais das crianças, a divisão dos afazeres com os trabalhos domésticos, a responsabilidade na contracepção, na prevenção de DSTs e AIDS.

O objetivo em combinar a luta contra a violência doméstica com uma paternidade responsável é o de fortalecer as relações de gênero, ampliar a consciência do ser masculino e construir relações baseadas no respeito, no afeto, na solidariedade, pois só dessa forma seremos capazes de construir uma nova sociedade.. Por essa razão nós, homens e mulheres negros, pertencentes a diferentes organizações negras que integram a CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, convidamos a todos, homens e mulheres comprometidos com a democracia a integrarem essa campanha.

Somos:

- . contra o uso comercial da sexualidade da mulher negra, que vem atingindo crianças e adolescentes, com a expansão do turismo sexual e tráfico de mulheres;
- . contra a fragmentação da estrutura familiar decorrentes das ausência do pai, marido, companheiro, e que impõe à mulher negra uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades.
- . contra a violência policial que vem cometendo um verdadeiro genocídio contra os homens negros.
- . contra a diferenciação dos papéis sexuais que obrigam as meninas a assumirem as tarefas domésticas enquanto os meninos são estimulados às atividades de rua.

.contra a violência doméstica e sexual, desde aquele comportamento que agride fisicamente, chegando muitas vezes ao assassinato, até aquele tratamento que se manifesta através de maus tratos, ameaças, abuso sexual, desvalorização do trabalho doméstico, agressões verbais, pressão moral e psicológica.

Acreditamos que a pobreza, o racismo e o machismo sejam fatores que impedem a plena cidadania das mulheres negras, 44% da população feminina do país, e que sua eliminação é dependente de uma ação coletiva enérgica e urgente.

Junte-se a nós.

A Campanha foi aprovada em plenária durante o encontro da CONEN -Coordenação Nacional de Entidades Negras, realizada em Salvador, em maio de 1998.

Abaixo, as primeiras organizações a aderirem ao manifesto, seguida de outras em nível nacional.

Fórum de Entidades Negras de SP, Soweto – Organização Negra, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Unegro, Raízes da África, Frente Negra de Santos, FECONEZU, Articulação Popular Sindical de Mulheres Negras.

Da mesma forma, as lutas coletivas do movimento negro têm sido abraçadas pelo conjunto das organizações de mulheres negras. Destaca-se, nesse caso, a campanha nacional *Não matem nossas crianças* desencadeada pelo CEAP - Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – entidade do movimento negro do Rio de Janeiro que combate o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil abraçada pelo conjunto das organizações negras do país. A participação ativa das organizações de mulheres negras na *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*, em 20 de novembro de 1995, data do Tricentenário da morte do líder negro Zumbi dos Palmares e marca a integração/unidade do movimento negro e movimento de mulheres negras.

A efervescente e articulada ação dos movimentos negros e feminista exigiu da agenda política nacional redirecionamentos e inclusões que fossem capazes de promover a questão racial a tema de responsabilidade do Estado. A Constituição de 1988 é um marco histórico nesse sentido, pois com ela primeira vez a carta magna criminaliza o racismo e as condutas discriminatórias. Tal inclusão é resultado da intensa luta de homens e mulheres negras em prol da institucionalização de leis que cerceiem práticas discriminatórias.

Além de alianças locais, o bojo das lutas feministas direcionou as mulheres para caminhos ainda mais alargados, o que se fez sentir com a necessidade de inserção nos contextos internacionais. E as Conferências convocadas pela ONU durante a década de 90 serão a porta de entrada pela qual as recomendações e formulações de políticas públicas para os estados-membros das ONU em especial para as áreas sociais são arregimentadas tendo como mediadoras importantes as mulheres negras.. Uma experiência que ampliou as perspectivas políticas da luta dessas mulheres e sua capacidade de manejo de temas dos quais as população negra, em geral, e as mulheres negras, em particular, se encontravam distanciados.

A internacionalização da luta

Das imbricações e conformidades com os movimentos negro e feminista, o movimento de mulheres negras abre um leque de atuação sobre o qual a luta se movimenta e ganha fôlego transnacional. Em tempos de globalização e mundialização, urge que as lutas políticas estejam atentas e predispostas a atuarem além de suas fronteiras. Agir localmente e pensar globalmente! Eis o lema contemporâneo que inspira a ação dos movimentos sociais. Seja articulando e participando de Conferências, Encontros e Reuniões, seja estabelecendo vínculos e parcerias, a ingerência do ativismo negro feminino tem um papel de destaque visualizada nos relatos abaixo.

Dentro do ciclo das conferências sociais convocadas pelas Nações Unidas, as mulheres negras atuaram nas reuniões internacionais do processo preparatório da ECO 92, apesar da precariedade de recursos e de articulações internacionais. Na oportunidade, pontuaram a questão racial no rol de discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento. Uma das ações mais efetivas foi a apresentação de um filme produzido por um *pool* de organizações feministas, que foi apresentado na Precon oficial da França. O filme denunciava a esterilização de mulheres no Brasil. As mulheres negras também tiveram significativa participação no Planeta Fêmea, espaço feminista da ECO 92. O mote principal da discussão nessa conferência era a questão do controle populacional e o retorno das teses neo-malthusianas .

Na Conferência de Direitos Humanos, em Viena (1993), tivemos a apresentação de uma representante do Geledés - Instituto da Mulher Negra no Parlamento Europeu – órgão responsável pela denúncia das violências raciais a que estão submetidas a população negra brasileira.

Na III Conferência Mundial de População e Desenvolvimento da ONU, Cairo 94, com o objetivo de estimular a participação das mulheres negras no processo da Conferência do Cairo, Geledés – Instituto da Mulher Negra realizou, em agosto de 93, o Seminário Nacional de Políticas e Direitos reprodutivos das Mulheres Negras, com a participação de 45 mulheres negras de 17 Estados. Deste seminário, resultou a Declaração de Itapeceira da Serra de Mulheres Negras contendo recomendações sobre a temática, das quais alguns pontos foram incorporados no documento do governo brasileiro apresentado no Cairo.

É, no entanto, na Conferência Mundial da Mulher – Beijing 95 que vamos encontrar maior participação das mulheres negras organizadas com desdobramentos que constituem um marco histórico importante nessa área de atuação.

A rede de mujeres afro-latino americanas e caribenhas (construir texto)

As Mulheres Negra no Processo de Construção da IV Conferência Mundial da Mulher

No capítulo “Nós e nossas múltiplas faces no Movimento” (dizer que é da conferência) é apresentado um diagnóstico sobre o processo de mobilização e organização políticas das mulheres negras brasileiras na década, que é concluído com as principais demandas colocadas pelas mulheres negras. Estes princípios são reafirmados tanto na parte dos diagnósticos quanto na parte relativa as propostas.

As mulheres negras e o governo brasileiro: atividades para avaliação da década

O relatório geral sobre a mulher na sociedade brasileira produzido pelo governo brasileiro é o reconhecimento oficial da falácia da democracia racial brasileira que era tão decantada no exterior pelo Estado brasileiro. Este relatório foi produzido com vistas à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz.

Resultado de um esforço de cooperação e parceria entre governo e sociedade civil, e particularmente das pressões das mulheres negras que atuaram articuladas em todos os seminários oficiais do Itamarati, este documento reconhece, em diversos momentos, como o racismo promove a ampliação das desigualdades sociais entre as mulheres.

Este reconhecimento é visível nos diagnósticos relativos à pobreza, violência, trabalho, educação, e apresenta propostas para que sejam sanadas essas diferenças. Dentre as várias questões apontadas nos capítulos referentes as Estratégias e Perspectivas Futuras recomenda-se que: “Os modelos de desenvolvimento sustentável, por sua vez, devem considerar as diferenças de gênero, raça e etnia, e a necessidade imperiosa de maior equidade social. As estratégias nacionais propostas para a consecução destes objetivos devem tomar por base: “... o estabelecimento de medidas concretas para combater o racismo e qualquer outra forma de discriminação”(pág.68).

Entretanto, esses exemplos significativos da atuação das mulheres negras não foram suficientes para garantir uma expressiva presença de mulheres negras em Beijing. Os motivos que justificam a participação minoritária, ainda que com escalas maiores, podem ser assim descritos: menor acesso aos fundos, como também menor reconhecimento por parte de parceiras feministas não-negras da essencialidade de garantir a diversidade na delegação brasileira, através do compartilhamento das instâncias de arrecadação de fundos.

A presença das mulheres negras em Beijing deu-se de maneira bastante incipiente, podendo ser observado em maior número no Fórum de ONGs em Houairu.

A Conferência Oficial contou com a presença de apenas duas mulheres negras: Nilza Iraci Silva e Wania Sant Anna, ambas representando a Articulação de Mulheres Brasileiras, e Marta Oliveira (ISER), no papel de observadora, e, ainda, a então Senadora

Benedita da Silva.

Apesar do número reduzido de mulheres negras obtivemos vitórias bastante expressivas, graças à articulação com mulheres negras do Sul, e da solidariedade das feministas brasileiras. Foi possível garantir pontos importantes na Plataforma de Ação e na Declaração Oficial de Beijing (ver matéria Fêmea, /95anexa). A inclusão da temática racial tanto na Plataforma de Ação quanto na Declaração se constituiu num fato político de relevada importância, com ampla repercussão de mídia e de interesse para outros segmentos presentes na IV Conferência.

Essas conquistas motivaram análises arrazoadas, uma vez que a explicitação da temática racial em uma conferência da ONU era, até aquele momento, um fato inédito. De acordo com as passagens abaixo

Para Sonia Correia (IBASE), o reconhecimento de raça e etnia como causas de discriminação e fator de desigualdade é um dos resultados positivos de Beijing, e o “fato de que os termos raça e etnia tenham sido finalmente incorporados a um documento das Nações Unidas significa a superação de uma antiga e renitente resistência por parte de alguns países membros. Até Beijing apenas os Estados Unidos e, com maior vocalidade, o Brasil, defendiam sem restrições a utilização da terminologia. Sua adoção no parágrafo 32 da Declaração, assim como em outras duas seções da Plataforma de Ação compensa, ainda que parcialmente, sua eliminação no capítulo de saúde (Fêmea - setembro de 95, pág. 6)

A redação final do artigo 32 da Declaração de Beijing afirma a necessidade de intensificar esforços para garantir o desfrute em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as mulheres e meninas que enfrentam múltiplas barreiras à expansão de seu papel e a seu avanço devido a fatores como raça, idade, origem étnica, cultural e religião...”

O Parágrafo 132 da Plataforma de Ação reitera que “(... Essas violações - aos direitos humanos - e estes obstáculos incluem, além da tortura e o tratamento cruel, desumano e degradante ou às detenções sumárias e arbitrárias, todas as formas de racismo e discriminação racial, xenofobia, negação dos direitos econômicos, sociais e culturais e intolerância religiosa (...).” RESCRVER ESSES PARÁGRAFOS

As mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Por iniciativa de **Dulce Pereira**, secretária executiva da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi realizada a I Conferência de Mulheres da CPLP sobre gênero, cultura, acesso ao poder, participação política e desenvolvimento. O evento teve lugar em Salvador de 30 de janeiro a 1 de fevereiro 2000.

A I Conferência da CPLP inscreve, também, na internacionalização das nossas lutas procurando partilhar as demandas comuns às mulheres de língua portuguesa e propondo estabelecer estratégias de ação política para o conjunto dessas mulheres. De acordo com uma passagem da Carta

“a despeito de sua diversidade, há dificuldades comuns a todos os países da CPLP relativas à efetiva inserção e paridade das mulheres em todos os escalões do mercado de trabalho; que, na origem de

tais dificuldades, está o deficiente acesso à educação – mais nítido entre as mulheres dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), dificultando ou mesmo inviabilizando suas alternativas de acesso à formação e ao desempenho profissional; que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá em nichos ocupacionais específicos, com grande concentração no setor informal, sem proteção e direitos do trabalho; que é preciso focar a mulher como sujeito prioritário das ações públicas, tanto mais pela importância crescente que assume como responsável pela família; que a globalização e os conflitos armados vivenciados em alguns países da CPLP agravam as condições de participação das mulheres nas atividades econômicas; que a cultura dominante e as práticas tradicionais do mercado de trabalho dificultam a inserção qualitativa das mulheres nas atividades econômicas; e, por fim, que é necessário salientar o trabalho invisível exercido pelas mulheres, particularmente o trabalho de agricultura para subsistência familiar, o comércio informal e o trabalho doméstico em todos os países membros da CPLP.

(...) que, na maioria dos países, ainda é negado à mulher o pleno desenvolvimento de sua cidadania e o acesso aos cargos do poder. Esse fato se manifesta na representação de mulheres no Legislativo, onde se verifica sua reduzida presença, sendo a seguinte a representação nos respectivos Paramentos: Angola 15,5 % (34 mulheres de 220 deputados), Brasil 6,06% (36 mulheres em 594 parlamentares), Cabo Verde 6,9 % (5 mulheres em 72 deputados), Guiné Bissau 7,8% (8 mulheres em 102 deputados), Moçambique 28 % (70 mulheres em 250 deputados), Portugal 18,7 % (43 mulheres em 230 deputados) e São Tomé e Príncipe 9,1 % (5 mulheres em 55 deputados).

Ao final de seus trabalhos, as delegações dos países da CPLP e de Timor Loro Sae decidiram recomendar aos Governos dos países membros da CPLP:

- a) a inserção da perspectiva de raça em todas as políticas de gênero que visem a um desenvolvimento sustentável da sociedade e, particularmente, nos programas de cooperação bilateral e multilateral desenvolvidos no âmbito da CPLP;
- b) a introdução da abordagem de raça e gênero nas análises, discussões, definições de políticas e tomadas de decisão sobre as questões concernentes à saúde e educação;

A Conferência de Durban

Dentre todas as ações desenvolvidas pelas mulheres negras no plano internacional, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância está inscrita na história do movimento de mulheres negras como um momento de conjunção de fatores como, amadurecimento político, avanço organizativo e consciência da responsabilidade histórica para com a causa negra, em geral, e com a de gênero, em particular. Tal como relatamos em outro momento:

“A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e a discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. Dentre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a *Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban*, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, o Geledés - Instituto da Mulher Negra, de São Paulo e o Maria Mulher, do Rio Grande do Sul.

A significativa presença das mulheres negras no processo que levou até Durban, já era marcante desde a Conferência Regional das Américas, ocorrida em Santiago do Chile, em dezembro de 2000. Compondo a maioria da delegação brasileira e concorrendo decisivamente para a aprovação dos parágrafos relativos aos afrodescendentes, as mulheres ofereceram contribuições originais que sensibilizaram várias delegações governamentais de países da América Latina. Exemplo disto é o papel ativo de Fátima Oliveira na formulação de questões de saúde, as quais destacavam a “necessidade de ações, por parte da Organização PanAmericana de Saúde (OPAS), para o reconhecimento do recorte racial/étnico e de gênero no campo da saúde acrescido de recomendação aos governos para a execução de políticas de atenção à saúde da população negra (...) e a inclusão da *condição genética humana* no rol das possibilidades de discriminação (discriminação e/ou

violência genética).”^[50] (...) A III Conferência reconhece a problemática específica das mulheres afrodescendentes e as múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O parágrafo 9 do Plano de Ação pede aos Estados que “reforcem medidas e políticas a favor das mulheres e jovens afrodescendentes, tendo presente que o racismo os afeta mais profundamente, colocando-os em

situação de maior marginalização e desvantagens”. E o parágrafo 10 insta os Estados a “garantirem aos povos africanos e afrodescendentes, em particular a mulheres e crianças, o acesso á educação e as novas tecnologias, oferecendo-lhes recursos suficientes nos estabelecimentos educacionais e nos programas de desenvolvimento tecnológico e de aprendizagem á distância nas comunidades locais, e os insta também a que façam o necessário para que os programas de estudos em todos os níveis incluam o ensino cabal e exato da história e da contribuição dos povos africanos.”

Essa crescente presença das mulheres negras nas lutas gerais do povo negro e nas questões específicas de gênero requer que esse protagonismo se desloque também para os poderes constituídos.

Mulheres negras: poder e reconhecimento

A despeito do intenso protagonismo das mulheres negras na última década, ainda persiste a baixa representatividade política das mulheres negras, principalmente, no Congresso Nacional. Isso é conseqüência da não-priorização pelos partidos políticos das candidaturas femininas; quadro que tende a se agravar, principalmente, para as mulheres negras quando se leva em conta os altos custos de uma campanha eleitoral. Mesmo assim, importantes conquistas foram protagonizadas pelas mulheres negras nos últimos anos: em junho de 1998 é criada em Belo Horizonte, MG, a SMACON – Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra primeira secretaria de Estado no Brasil voltada para o/as afrodescendentes. A secretaria foi coordenada por **Diva Moreira**, ativista no movimento de mulheres negras. Em 1994, **Dulce Maria Pereira** torna-se a primeira mulher negra a presidir a Fundação Cultural Palmares órgão do Ministério da Cultura encarregado pelo desenvolvimento de ações voltadas para valorização da cultura negra. Em 2001, **Dulce Pereira** é alçada ao cargo de secretária executiva da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Portugal. Em janeiro de 2001, a socióloga e ativista negra **Luiza Bairos** assume a coordenação do Grupo Interagencial para a questão racial do sistema Nações Unidas do Brasil cuja atribuição é incorporar a dimensão racial aos programas de cooperação internacional. Em setembro do mesmo ano, **Edna Roland**, psicóloga e presidenta da organização de mulheres negras Fala Preta! é indicada pelo governo brasileiro para relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo ocorrida em setembro de 2001.

Como resposta às demandas de políticas públicas da Conferência de Durban, o ministro Raul Jungmann cria o Programa de Ações Afirmativas para Negras e Negros do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e convida para coordená-lo **Zélia Amador de Deus**, militante histórica do CEDENPA -Centro de Defesa do Negro do Pará.

E como coroamento de todo esse rico processo, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher negra assume o governo de um Estado brasileiro: **Benedita da Silva**, no governo do Rio de Janeiro.

Com a ascensão de **Benedita da Silva** ao governo do Estado do Rio de Janeiro, as mulheres negras passaram a ocupar importantes cargos na administração: **Wânia Sant`Anna** – historiadora, feminista e ativista do movimento negro – assume a pasta da

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário; **Hildézia Medeiros** outra feminista histórica, é indicada para a sub-secretária da Secretaria de Articulação Governamental e **Lucia Xavier**, coordenadora do Criola - Organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, é nomeada Subsecretária Adjunta de Defesa da Cidadania, da Secretaria de Estado e Segurança Pública.

Em 2002, **Ivete Sacramento**, a primeira reitora negra da Bahia, é reeleita para o cargo de reitora da UNEB – Universidade do Estado da Bahia e **Petronilha Gonçalves**, doutora em educação pela Universidade Federal de São Carlos é a primeira pessoa negra a integrar o Conselho Federal de Educação do MEC, resultado de sua incessante luta pelo acesso à educação e pela valorização da contribuição cultural do negro no Brasil. E as estrelas não param de brilhar. A economista **Lucila Beato** do Geledés - Instituto da Mulher Negra é selecionada para integrar o grupo de Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, especialistas em DHESCs a qual será confiada a tarefa de receber denúncias de violação a essa categoria de direitos e realizar missões de investigação, nos Estados brasileiros, com a missão de apresentar soluções para os problemas encontrados.

Cabe destacar, ainda, o protagonismo especial das mulheres quilombolas na árdua luta para a preservação, titulação e por um desenvolvimento sustentado para suas comunidades remanescentes de quilombos. O reconhecimento social se manifesta nas figuras de **Gilvânia** da comunidade.....estado de Pernambuco e de **Éster**..... de..... em seu terceiro mandato de vereadora pela cidade de no estado de Goiás.

Dentre as raras parlamentares negras se, nomeamos aqui **Jurema Batista Nascida** do Morro do Andaraí. **Jurema** foi a parlamentar mais votada em 92 pelo Partido dos Trabalhadores . Líder da bancada do PT, é conhecida como **Mulher Guerreira**, em função de sua luta em defesa das populações excluídas, justificada pela sua condição econômica, racial ou opção sexual. Não foi à toa que Jurema Batista presidiu, por três vezes, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal do Rio. Foi reeleita por três vezes. É ativa militante do movimento negro e de mulheres negras.

Importantes espaços vêm sendo conquistados também pelas mulheres negras em instâncias da sociedade civil: em maio de 2002 a médica **Fátima Oliveira** é eleita secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. **Fátima** é a primeira mulher negra a ocupar esse posto. Fundada em agosto de 1991 a Rede Saúde reúne 110 entidades filiadas e tornou-se um espaço permanente de articulação política, reflexão e troca de conhecimentos entre grupos feministas, ONGs, núcleos de pesquisas e organizações que priorizam a temática da saúde da mulher, propiciando a formulação de novas idéias e ações conjuntas capazes de impactar as políticas públicas vigentes no país. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que na sua primeira gestão no governo do então presidente José Sarney contou com uma única mulher negra, atualmente possui cinco mulheres negras, incluindo a cantora e compositora

Lecy Brandão - antiga defensora das causas dos negros e das mulheres negras. E, em tempos de globalização, é importante ressaltar a presença de uma mulher negra brasileira no Comitê Internacional do Fórum Social Mundial: **Nilza Iraci do Geledés**. A atuação desta ativista possibilitou a ampliação significativa da participação dos afrodescendentes no II Fórum Social Mundial realizado em 2002.

No rol de mulheres aguerridas há um lugar especial reservado para aquela que, provavelmente, mais que qualquer outra, simboliza a força, garra e coragem das mulheres negras brasileiras frente à perversidade das condições de vida que a exclusão social as impõe.

Benedita da Silva, força e honra de nossa gente

“Mexe, remexe, requebra, rebela
Derruba preconceitos
Escancara os sentimentos
Bota banca e exige respeito.”
Benedita da Silva (2000: 179)

Para falar dela, reproduzimos um pequeno artigo que versa sobre a repercussão de sua posse ao governo do Rio de Janeiro, o que expressa o coroamento da extraordinária trajetória política desta mulher negra marcada por mandatos de vereadora, deputada federal por dois mandatos, primeira mulher negra Senadora da República e governadora do estado do Rio de Janeiro

Mulher, negra, ex-favelada assume pela primeira vez o governo do Rio de Janeiro. Com variações essa foi a tônica das manchetes sobre a ascensão de Benedita da Silva ao governo do Estado do Rio de Janeiro. A ênfase na condição de raça, gênero e de classe da governadora é por si só exemplar do ineditismo de que o fato se reveste. Na favela (...) onde nasceu Benedita as mulheres são estupradas aos 7 anos, perdem filhos por desnutrição e doenças da miséria, abortam em condições sub-humanas, a fome é parte do cotidiano. Essa é a história de Benedita da Silva que segundo a deputada Heloneida Stuardt “conseguiu ser mais forte que o seu destino.” Um destino que reserva a maioria daqueles que nascem e vivem sob essas condições a marginalidade, a prostituição e toda sorte de degradação humana. Diz Roberto da Matta que uma das características do sistema racial brasileiro é que “cada categoria racial conhece o seu lugar em uma hierarquia.” É essa “sabedoria” aprendida em séculos de racismo e discriminação que determina as manchetes sobre a ascensão de Benê ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Diz uma delas: “Nova governadora do Rio se transfere com o marido-ator para o endereço símbolo da riqueza carioca. O “olho” da matéria informa: “Primeira negra a governar o Rio, a ex-favelada Benedita da Silva deixa no passado as feijoadas no Morro Chapéu Mangueira, no Leme. Muda-se com o marido, o ator Antônio Pitanga, para o palácio construído no século passado pela família Guinle, a mais tradicional representante da elite carioca.” Portanto, Benedita está “fora do seu lugar”. Mais expressivas ainda são as reações em relação a montagem da equipe de governo: Dizem as manchetes: “Governadora coloca sete negros no primeiro escalão”. Outra diz: “Priorização da escolha pela raça”. São apenas sete negros nomeados num conjunto de 33 secretarias mas que

já está sendo considerado demais! As reações foram imediatas: Diz um leitor do Jornal O Globo: "Gostaria de saber se o critério "cor negra da pele" adotado pela governadora para a escolha de seu secretariado (...) Certamente se alguém afirmasse ter feito semelhante escolha priorizando "a cor branca da pele" já teria sofrido toda sorte de retaliações, além de ser execrado por um batalhão de ONGs de direitos humanos, de cidadania e de outras tantas de que se ouve falar." Acostumados como estamos a enxergar apenas branco nas instâncias de poder, não creio que esse leitor tenha se manifestado ou se indignado antes diante das equipes de governos formadas exclusivamente por homens brancos de classes superiores como é comum em nossa história. Enquadram-se numa visão de absoluta normalidade. Não lhe ocorreria lembrar-se da Lei Afonso Arinos diante da ausência de negros, e de mulheres nesses casos. Essas ausências não causam nenhuma indignação. É a ordem natural das coisas. O estranhamento se dá quando esse mundo inteligível ao qual nos habituamos sofre alguma alteração. E sobretudo quando ele muda por ações intencionais ditadas por princípios de respeito á diversidade. Os critérios adotados na montagem do secretariado foram segundo Benê: a experiência, a competência, a valorização do servidor de carreira, a inclusão de representantes da sociedade civil, e que todas essas questões tivessem um recorte de gênero e etnia, como foi um compromisso assumido pelo PT, que participou com seus militantes do movimento negros e de mulheres." Somente quem tem sido vítima histórica desse processo de exclusão sabe dos inúmeros negros, as incontáveis mulheres e homossexuais que deixam de ser lembrados para ocupar posições nas estruturas de poder por essa lógica de exclusão que o racismo e a discriminação determinam. O racismo é cruel. Ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro ele gera diversas perversidades e perversões: Em primeiro lugar a excelência e a competência passam a ser percebidos como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza a sua hegemonia em posto de mando e de poder. Nunca ouvimos alguém se levantar se levantar - não sejam vozes da minoria de mulheres feministas ou de militantes negros -, quando um secretariado é composto em sua totalidade por homens brancos. Encaramos como normal. No entanto se há um número significativo de mulheres e de negros as dúvidas se colocam: é ação afirmativa? O critério de competência foi observado? Não colocamos em questão se a competência ou a qualificação técnica foram devidamente contemplados naquela nomeação. Menos ainda nos assustamos quando um engenheiro assume uma pasta da cultura ou da saúde, entendemos que isso se deva ás composições partidárias necessárias a governança. Ou pior, esses seres superiores estão aptos qualquer que sejam a sua formação ou trajetória profissional a assumirem qualquer cargo de poder. Combinar os critérios de qualificação técnica com recorte de gênero e de raça é a única maneira de romper com a lógica excludente que historicamente norteia as estruturas de poder do país, e sobretudo é requisito para o aprofundamento e radicalização de uma perspectiva democrática no Brasil, embora para muitos, raça e gênero sejam critérios que anulam a competência! Um risco e um desafio que apenas essa mulher, negra e ex-favelada se dispõe a correr. Coragem e competência típicas de quem teve que mudar a história do próprio destino. Certamente ela pagará um alto preço por isso. Que Deus a proteja! Porque os homens não terão complacência (Carneiro in "Correio Braziliense, 19/04/2002).

Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o

reposicionamento político feminista no Brasil. A ação política das mulheres negras vem promovendo:

- o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
- o reconhecimento das diferenças intra-gênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- O reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
- O reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras em particular e para a população negra no geral no que tange a equalização das oportunidades sociais;
- O reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
- A violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas.

Todo esse processo é acompanhado de um extraordinário aumento da participação das mulheres negras nos fóruns feministas. O impacto desse ativismo é inconteste na Plataforma Política Feminista proveniente da *Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras* realizada em 6 e 7 de junho de 2002 em Brasília. A Plataforma representa o posicionamento político das mulheres brasileiras nesse novo milênio. Na plenária de delegadas brasileiras que aprovou a referida Plataforma, das 1408 participantes 13 eram homens. As mulheres participantes assim se auto declararam racialmente: 404 como brancas, 383 como pretas e 371, 74 indígenas, 24 amarelas e 55 não se auto declararam. A classificação adotada pela Conferência seguiu o critério de classificação racial definido pelo IBGE para os recenseamentos nacionais. Cabe notar que a categoria *negro* estatística e sociologicamente, desde o censo de 1980, vem designando a somatória dos conjuntos de pessoas que se auto declaram pretas e pardas.

Novas utopias e as novas agendas feministas

É esse o sentido da Plataforma Política Feminista que reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio gestada (como é da natureza feminina) coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais,

sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, mulheres portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias... que se detiveram criticamente sobre as questões mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e os desafios e mecanismos para a sua superação tendo os seguintes princípios como orientadores das análises e propostas:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres.
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético.
- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres.
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social.
- reconhecer o direito universal à educação, saúde e previdência.
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e a moradia.
- comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica.
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas.
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays.
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção.
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros.
- reconhecer a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direito as diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada (...)

Diz a feminista e cientista política norte-americana Nancy Fraser que a um conceito amplo de gênero que incorpore a diversidade de femininos e feminismos historicamente construídos, deve corresponder "um conceito de justiça tão abrangente quanto, e que seja capaz de englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento."^[52] Nessa direção, como já apontamos no artigo citado anteriormente, a Plataforma Política Feminista resulta da *Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras* representa o coroamento de mais de uma década de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A Plataforma, ao incorporar esse princípio, sela um pacto de solidariedade e co-responsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil. Redefine os termos de uma verdadeira justiça social no Brasil. Como afirma Guacira César de Oliveira da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras e uma das integrantes da Comissão Organizadoras da Conferência reafirmamos que os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar

a democracia, deixando claro que ela não existirá enquanto não houver igualdade; que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas; e não há distribuição sem o reconhecimento das desigualdades entre os homens e mulheres, entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, que hoje estruturam a pobreza. Não almejam a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório.”^[53]

Diz-nos Fraser ainda: ” (...) situo lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos da diferenciação social.” (p.63)

Nessa perspectiva, a Plataforma Política Feminista oferece à sociedade a contribuição para uma sociedade democrática e socialmente justa. Sinaliza, claramente, para a urgência de instituição de um novo marco civilizatório no qual são colocados em questão, a necessidade de avançar a democracia política:

“A democracia política representativa – que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento – vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício de poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições. (...) A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos.”^[54]

A crítica incide também sobre o Estado Democrático de Direito e Justiça Social onde se aponta a concentração de riqueza, a dimensão de gênero e raça/etnia das desigualdades e exclusão social:

“a desigualdade cresce também através das atuais práticas fiscais, que favorecem a acumulação livre do capital e restringem o acesso à riqueza nacional por parte da grande maioria da população, principalmente as mulheres negras e indígenas.” (parágrafo 31)

E, fundamentalmente, em busca de um novo marco civilizatório, as mulheres se posicionam claramente contra a ordem neo-liberal:

“Os movimentos brasileiros de mulheres opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar.” (parágrafo 33)

O grande desafio é articular, propor e implementar propostas conseqüentes que estejam afinadas com um projeto radical de superação desses problemas e vislumbre de novos ideais. Paulatinamente, o movimento de mulheres negras vem sinalizando para iniciativas fundamentais nas imbricações entre racismo e sexismo.

“Nas últimas décadas o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. É nessa condição que convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda nesse início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todos as pessoas em todos os aspectos de suas vidas.”^[55] (parágrafo 11)

Essa articulação permanente das exclusões de gênero e raça determinadas pelas

práticas sexistas e racistas constituía um dos pré-requisitos fundamentais para selar uma perspectiva de luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista.

O jornal “Folha de São Paulo” assim noticiou o evento de lançamento da Plataforma Política Feminista em 06 de agosto de 2002 na OAB – São Paulo: “um grupo de ONGs lançará hoje a Plataforma Política Feminista. O documento traz propostas de interesse das mulheres para reforma agrária e meio ambiente e de combate ao racismo.”^[56]

Os conteúdos destacados pelo jornal são indicativos do impacto da perspectiva das mulheres negras sobre a agenda feminista brasileira. O combate ao racismo, antes, questão periférica ou inexistente, torna-se um dos elementos estruturais da Plataforma Política Feminista. De igual maneira, as questões de reforma agrária e meio ambiente sublinhadas pelo jornal são temas do interesse das mulheres populares nas quais as mulheres negras estão diretamente imbricadas pela prevalência da população negra nas áreas rurais do país. Soma-se a isso, a conflituosa situação das comunidades remanescentes de quilombos em disputa de suas terras ancestrais com empreendimentos agropecuários, madeireiros e grilagens para fins de especulação imobiliária que operam para postergar a titulação de suas terras um direito conquistado e reconhecido pelo artigo 68º da Constituição Federal.

Por outro lado cresce também a percepção na agenda feminista, da dimensão racial da questão racial posta na problemática ambiental e que vem sendo objeto de intervenção política das mulheres negras no contexto da Agenda 21. O racismo ambiental é um exemplo da importância de incorporação do tema.

Experiências e casos em alguns Estados do Brasil e outros lugares, nos permite observar as conseqüências diretas da degradação ambiental com a população negra, em especial com as mulheres negras. Em Alcântara no Maranhão, a política da base de lançamento, agora sob total ingerência do governo americano, vem promovendo desterritorialização e...., Nos EUA, nos bairros de Nova Orleans, próximos ao rio Mississipi, as mulheres negras apresentam um alta porcentagem de câncer de mama por causas que não estão sendo estudadas. Assinalam, também, que as crianças negras são afetadas por problemas respiratórios e asma como conseqüência da poluição provocada pelas grandes indústrias que as autoridades autorizam a instalar-se nos bairros sob a cidade, habitados majoritariamente por populações negras e latinas.

O artigo 14 da Declaração da Conferência Regional das Américas expressa ^[57] preocupação porque os povos indígenas e as pessoas de descendência africana, migrantes e outros grupos vulneráveis freqüentemente sofrem a carga da contaminação industrial e a degradação do meio ambiente e a transferência de dejetos tóxicos, o que afeta adversamente sua qualidade de vida e saúde.”

Há portanto um caráter indissolúvel entre miséria/degradação ambiental e vida/meio ambiente. Um levantamento cartográfico da miséria no Brasil, localizaria a maioria da população negra do país sobrevivendo às adversidades impostas pelos vários processos

de deterioração do meio ambiente, no campo e na cidade.

Portanto, entendemos que o conceito de racismo ambiental e tudo o que ele envolve em termos de exclusão para o desenvolvimento sustentável, deve ser a pedra angular das ações das mulheres negras nos fóruns nacionais e internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O protagonismo das mulheres negras ontem e hoje

Esses novos conteúdos presentes na agenda do movimento feminista brasileiro, assinala o amadurecimento deste movimento e o esforço de superação de dicotomias que historicamente opuseram as mulheres engajadas nos movimentos populares e nos partidos políticos às feministas. Conteúdos que foram se avolumando e, a partir de nossas pioneiras, possibilitaram ampliação do conceito e aplicabilidade dos ideais de democracia e igualdade. Pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo e que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. O esforço da afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras destituído de capital social uma luta histórica que assume dimensões grandiosas. Maria Firmina dos Reis, Laudelina de Campos Melo, Auta de Souza, Mãe Menininha, Luiza Mahin e as mulheres contemporâneas assumiram e assumem o desafio de pautar as questões raciais e de gênero trazendo à tona as contradições internas do movimento feminista.

O crescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras.

, Porque como nos lembra Jurema Weneck:

“para que a vida permaneça, para que o axé permaneça e se multiplique é preciso que eu me supere sempre, buscando o melhor de mim. E de todos.

lalodê era, entre os iorubas, a representante das mulheres, uma líder comunitária que tinha como função zelar para que os interesses das mulheres e de toda comunidade fossem atendidos.”

Nos dias de hoje, outras mulheres possuem esta mesma tarefa. Somos quem zela pela comunidade, pela família, pelas crianças, que cuida dos doentes. Refazer trajetórias éticas significa também buscar a auto-proteção, a proteção de nossas crianças e de toda a comunidade.

É preciso que se faça escolhas, pois o fascínio do sexo e do amor, assim como a dor e a morte, também estão presentes entre nós. O desafio das lalodês é um desafio de todos os seres humanos. Herdamos o axé de ser o que somos. E o legado que deixaremos para o

futuro é fundamentalmente uma decisão nossa. A escolha é sua. Axé!” ^[58]

Referências Bibliográficas:

- BAIROS, Luiza. *Lembrando Lélia Gonzalez*. In *O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe*, p. 56, orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. *Mulheres Negras: lembrando nossas pioneiras*. *Jornal Correio Braziliense*, de 08/03/2002, coluna Opinião, p. 5
- CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na década – a busca da autonomia*. In: *Cadernos Geledés 5*, Apresentação. São Paulo, outono de 1995.
- CARNEIRO, Sueli. *Jornal Correio*
- CARNEIRO, Sueli. *Bené*.
- CARNEIRO, Sueli. *Mulheres*. *Correio Braziliense* de 14 de junho de 2002. coluna Opinião, p.5
- CARNEIRO, Sueli, *Matriarcado da Miséria*. *Correio Braziliense* de 15/09/2000. Pg.5
- CASTRO, Lúcia Maria Xavier de Castro. *Claudia, uma flor-mulher*, p. 121, in *O Livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe*. Orgs.: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa e White, Evelyn C. Rio de Janeiro. Pallas/Criola, 2000.
- CONSELHO Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Calendário das Mulheres Negras*. Orgs. Sueli Carneiro e Silvia Cintra Franco. Pesquisa: Maria Lucia Mott e Vera Siqueira. 1987.
- COSTA
- FRASER,
- GALVAN, Ségia
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e Escrava - Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. P.19. Vozes. Petrópolis, 1988.**
- HASENBALG, Carlos e Valle, Nelson Silva. *Industrialização, Emprego e Estratificação Social no Brasil*. P. 37.
- JORNAL Folha de São Paulo de 06 de agosto de 2002. Painel – A4.
- LANDES, Ruth – *A Cidade das Mulheres*.
- LEITE, Mirian Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro – século XIX*. P. 44. Hucitec/Pró-Memória. Instituto Nacional do Livro. São Paulo – Brasília, 1984.
- NOGUEIRA, Regina. *Mulher Negra e obesidade*. P. 201. In *O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe*. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000
- OLIVEIRA, Fátima. *Oficinas Mulher Negra e Saúde*. P. 43. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998
- _____. *Atenção Adequada à Saúde e Ética na Ciência: Ferramentas de Combate ao Racismo*. In *Revista Perspectivas em Saúde Reprodutiva*, maio 2001, número 4/Ano 2 pg. 25. Fundação MacArthur.
- PLATAFORMA Política Feminista, parágrafo 8 – Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6-7 de junho de 2002.
- RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras Brasileiras: de Bertióga a Beijing*. P. 453. In *Revista Estudos Feministas*. IFCS/ufrrj – PPCIS/UERJ vol. 3 nº 2/95
- ROLAND, Edna.
- SCHUMACHER, Schuma. (Org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. p. 138/141. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000
- SILVA, Benedita da. *Nós, mulheres negras*. P. 179. In *O Livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe*. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa e White, Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua – A nova face da escravidão*. P. 152. HUCITEC: Brasília: CNPQ, 1988.
- SILVA, Marinette dos Santos. *Escravidão e Prostituição: Das várias utilidades de uma negra escrava*. P.123. In *Revista do Departamento de História* no.6, junho de 1988. Universidade Federal de Minas Gerais/CNPQ
- SUÁREZ, Mireya e Bandeira, Lourdes. *A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania*. P.299. In *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Orgs: Bruschini, Cristina e Unbehau.

Fundação Carlos Chagas/Editora 34. São Paulo, 2002.

WERNECK, Jurema. *O desafio das IALODÊS: Mulheres Negras e a Epidemia de HIV/AIDS*. P. 102. In O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000

_____. *A era da inocência acabou, já foi tarde.*, pág. 60. In Revista Democracia Viva. Nov 2001/Fev 2002. Ibase. Rio de Janeiro.

redesenhando-o como um terceiro, afro-americano, afro-brasileiro.

Leda Martins: uma das co-editoras desta edição de *Callaloo*, mora em Belo Horizonte e é Professora de Literatura na Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em literatura Comparada, com estudos sobre o teatro afro-americano e afro-brasileiro. É autora de *A cena em sombras* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1995), *O moderno teatro de corpo-santo* (1991), e *Cantigas de amares, poemas* (1983), além de vários trabalhos publicados em revistas especializadas.

Selected Works by Leda Martins

[1] Carneiro, Sueli. Mulheres Negras: Lembrando nossas pioneiras. Jornal Correio Braziliense de 08/03/2002, coluna Opinião, p. 5

[2] Giacomini, *ibidem* p.74

[3] Leite, Mirian Moreira. A condição Feminina no Rio de Janeiro – século XIX. P. 44. Hucitec/Pró-Memória. Instituto Nacional do Livro. São Paulo – Brasília, 1984.

[4] *Ibidem*, p.95

[5]

[6] Essa versatilidade se deu em função da proibição do tráfico que elevou o custo do escravo e criou uma nova e lucrativa modalidade de exploração da mão de obra escrava, o *escravo ao ganho*, que eram oferecidos no mercado de

trabalho

- [7] Silva, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na Rua – A nova face da escravidão. P. 152. HUCITEC: Brasília: CNPQ, 1988.
- [8] Leite, Mirian Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro – século XIX. P. 115. HUCITEC / PRÓ MEMÓRIA, Instituto Nacional do Livro. São Paulo – Brasília, 1984.
- [9] Ibidem, p.55
- [10] Silva, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na Rua – A nova face da escravidão. P. 146. HUCITEC: Brasília, CNPq 1988 (op. Cit.)
- [11] Ibidem .
- [12] Silva, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na Rua -- A nova face da escravidão. P. 160. HUCITEC: Brasília: CNPQ, 1988.
- [13] Siva, Marinette dos Santos. Escravidão e Prostituição: Das várias utilidades de uma negra escrava. P.123. In Revista do Departamento de História no.6, junho de 1988. Universidade Federal de Minas Gerais/CNPQ
- [14] Silva. Marinete dos Santos. Escravidão e prostituição: Das várias utilidades de uma negra escrava. P . 125. In Revista do Departamento de História. CNPq/Departamento de História – FAFICH/UFMG. Nº 6 julho 1988.
- [15] Ibidem
- [16] Ibidem, p.126
- [17] Giacomini, ibidem, p.79
- * Jurema Werneck é médica e Coordenadora Executiva de Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro.
- [18] Werneck, Jurema. A era da inocência acabou, já foi tarde”, pág. 60. In Revista Democracia Viva. Nov 2001Fev 2002. Ibase. Rio de Janeiro.
- [19] Giacomini, ibidem, p. 86
- [20] Ibidem.
- [21] Castro, Lúcia Maria Xavier de Castro. Claudia, uma flor-mulher”, p. 121, in O Livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vem de longe. Orgs.: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa e White, Evelyn C. Rio de Janeiro. Pallas/Criola, 2000.
- [22] algumas das quais foram lembradas pela primeira vez no Calendário “Mulheres Negras no Brasil - Recuperando nossa história. Uma realização do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Orgs.: Sueli Carneiro e Silvia Cintra Franco. Pesquisa: Maria Lucia Mott e Vera Siqueira, 1987.
- [23] Schumacher, Schuma. (Org.) Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. p. 138/141. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2.000
- [24] Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes. A politização da violência contra a mulher eo fortalecimento da cidadania. P.299. In Gênero, democracia e sociedade brasileira. Orgs: Bruschini, Cristina e Unbehaum. Fundação Carlos Chagas/Editora 34. São Paulo, 2002.
- [25] Plataforma Política Feminista, parágrafo 8 – Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6-7 de junho de 2002.
- [26] Carneiro, Sueli. A mulher negra na década – a busca da autonomia. Apresentação, p.1. In Cadernos Geledés nº 5. Outono de 1995.
- [27] Bairros, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. P. 56. In O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000
- [28] Lélia Gonzalez citada por Bairros, Luiza: “Lembrando Lélia Gonzalez” in O livro da Saúde das Mulheres Negras. Organizadoras: Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C.White. Editora Pallas/Criola, pg 57. Rio de Janeiro. Ano 2000
- [29] Sueli Carneiro exerceu cargo de Conselheira e Secretária Geral do CECF de 1986/1987 durante a gestão de Zuleika Alambert.

[42] Oliveira, *ibidem*, p. 133

[43] Oliveira, *ibidem*, p. 134

[44] *Ibidem*, p. 132

[45] *Ibidem*, p. 130

[46] *Ibidem*, p. 22/23

[47] In Nós mulheres negras – Diagnóstico e propostas da Articulação de ONGs de Mulheres Negras ruomo à III Conferência Mundial contra o Racismo. Maio 2001. P. 22/23

[48] Estas iniciativas estão em sintonia com os princípios da inclusão digital que se tornou um campo de lutas efervescente no que diz respeito a conquista e garantia de acesso às novas tecnologias da informação. Os números sobre acessibilidade no Brasil apontam que só 7% da população brasileira tem acesso à Internet, o que desse total sobre fatias tímidas para a população negra.

• dissertação de mestrado defendida em 1992 no Programa de Pós – Graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

[49] In: Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991

• essa publicação é resultado da dissertação de mestrado “A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial. São Paulo, USP, mestrado, 1994.

[50] Oliveira, Fátima. “Atenção Adequada à Saúde e Ética na Ciência: Ferramentas de Combate ao Racismo.” In Revista Perspectivas em Saúde Reprodutiva, maio 2001, número 4/Ano 2 pg. 25. Fundação MacArthur.

7/4/2005

[30] Schumacher, Schuma. (Org.) Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. p. 443. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2.000

[31] Trabalham, com adolescentes e meninas negras e promovem oficinas, cursos e treinamentos; desenvolvem projetos de saúde; fazem publicações; ministram cursos de profissionalização e mantêm programas que visam a defesa e garantia dos direitos humanos, conforme Dicionário Mulheres do Brasil já citado anteriormente, p. 443.

[32] tem por objetivo desenvolver métodos de intervenção voltados para a realidade psíquica da população afro-brasileira.

[33] tem por objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável, buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, conforme Dicionário de Mulheres do Brasil, p. 443.

* I Seminário Nacional de Mulheres Negras realizado de 12 a 15 de novembro de 1993; II Encontro Nacional de Mulheres Negras –Respostas Organizativas da Mulheres Negras no fim do século de 09 a 11 de setembro de 1994; Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras de 20 a 22 de agosto de 1994; Painei Mulheres Negras Latino americanas e caribenhas – Balanço e Perspectivas para o III Milênio organizado pelo Geledés Instituto da Mulher Negra no Fórum de ONGs Preparatório para IV Conferência da Mulher em Mar Del Plata/Argentina de 20 a 24 de setembro de 94.

[34] Ribeiro, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. P. 453. In Revista Estudos Feministas. IFCS/ufrrj – PPCIS/UERJ vol. 3 nº 2/95

[35] Hasenbalg, Carlos e Valle, Nelson Silva. Industrialização, Emprego e Estratificação Social no Brasil. P. 37.

[36]

[37] em matéria no jornal Correio Braziliense

[38] Carneiro, Sueli. Nós ? Jornal Correio Braziliense de 22/02/2002. Coluna Opinião, p.5.

[39] Nascimento, Beatriz. A mulher negra e o amor. Jornal Maioria Falante. P. 3.Fev – março/1990.

[40] Nogueira, Regina. Mulher Negra e obesidade. P. 201. In O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000

[41] Oliveira, Fátima. Oficinas Mulher Negra e Saúde. P. 43. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998

* vide sobre esse tema Roland, Edna. Saúde reprodutiva da população negra no Brasil: entre Malthus e Gobineau. In Políticas, mercado, ética – demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva. Orgs.: Margareth Arrila e Maria Tereza Citeli. São Paulo: Editora 43, comissão de Cidadania e Reprodução, 1998.

[52] Carneiro, Sueli. Mulheres. Correio Braziliense de 14 de junho de 2002. coluna Opinião, p.5

[53] Fraser, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In p.63. Orgs: Bruschini, Cristina e Unbehaun. Fundação Carlos Chagas/Editora 34. São Paulo, 2002.

[54] Esses comentários foram, originalmente, publicados no jornal na coluna opinião “Correio Braziliense de 14 de junho de 2002.

[55] Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) em 6 e 7 de junho de 2002. Parágrafos 12 e 13 .

[56] Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) em 6 e 7 de junho de 2002. Parágrafo 11.

[57] Jornal Folha de São Paulo de 06 de agosto de 2002. Painel – A4.

[58] O artigo constitui-se em evento preparatório da participação da Região das Américas na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância e que representa o consenso dos governos americanos em relação a esses temas

[59] Werneck, Jurema. O desafio das IALODÉS: Mulheres Negras e a Epidemia de HIV/AIDS. P. 102. In O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000